

**Economistas Europeus para uma Política Económica Alternativa na Europa**

**– Grupo EuroMemo –**

## ***Uma Agenda Global-Local pós-Covid 19 para uma Transformação Socio-Ecológica na Europa***

**– EuroMemorandum 2021 –**

### **Introdução**

- 1 A Economia Europeia na Era da Pandemia do Coronavírus**
- 2 Perspetivas Críticas sobre o Pacto Ecológico Europeu**
- 3 Abordagens Feministas a um Novo Pacto Ecológico e de Prestação de Cuidados**
- 4 Reconstruir a Economia Europeia: Política Industrial, Transição Ecológica e Sistemas de Saúde**
- 5 A Dimensão Internacional da Transformação Socio-Ecológica**

O presente EuroMemorandum baseia-se nas discussões e nos trabalhos apresentados na 26ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, organizada pelo Grupo EuroMemo, que decorreu *on-line* entre 8 e 25 de setembro de 2020.

Tradução de Luís Lopes e Margarida Antunes

## **Resumo**

### **Introdução**

A pandemia do coronavírus resultou em mais de 400 mil mortes na Europa, em 2020, conduziu a uma grande crise económica e expôs tragicamente as graves falhas do modelo económico predominante do capitalismo neoliberal, tanto na União Europeia (UE) como fora dela. Como consequência da pandemia do coronavírus, o Estado-nação voltou a ser o agente económico de último recurso. Isto deu resultados ambivalentes. Pelo menos inicialmente, a Comissão Europeia e os Estados-Membros impuseram restrições temporárias à exportação de produtos medicinais. Posteriormente, surgiram respostas mais coordenadas. Os Estados-Membros em toda a UE introduziram grandes programas com incidência orçamental para mitigar o impacto económico e social da profunda contração económica devida à Covid-19. A Comissão suspendeu as regras extremamente restritivas em matéria orçamental e nas ajudas do Estado e o Banco Central Europeu (BCE) realizou consideráveis injeções de liquidez para estabilizar o sistema bancário. Além disso, o impacto económico, marcadamente assimétrico, da Covid-19 nos Estados-Membros da UE levou à decisão de introduzir finalmente a mutualização da dívida europeia com o programa Próxima Geração UE. Embora isto seja um avanço significativo, é ainda duvidoso se a dimensão desta iniciativa e a rapidez da sua implementação serão suficientes para se traduzir num contributo significativo para a recuperação da economia europeia.

Entretanto, outras iniciativas políticas importantes e, em particular, o Pacto Ecológico Europeu (PEE), como projeto de referência da nova Comissão, ficaram sob pressão. É por demais evidente que há interesses poderosos a utilizar a atual crise económica como pretexto para fazer recuar as políticas mais ambiciosas de combate às alterações climáticas. Deve ficar claro que, dados os objetivos climáticos da UE, as decisões de política económica que venham a ser tomadas ao longo dos próximos anos determinarão, em grande medida, a trajetória da economia europeia até ao final desta década. Estas decisões políticas serão, portanto, decisivas para determinar se avançamos para a substituição dos nossos atuais modos de produção e de consumo, social e ambientalmente insustentáveis, ou, pelo contrário, se ficaremos expostos a uma dinâmica de crise social e ambiental cada vez mais intensificada.

Como já foi salientado no EuroMemorandum de 2020, o Grupo Euromemo acredita firmemente que é necessário um programa abrangente e radical de Transformação Socio-Ecológica (TSE) para se conseguir a transição necessária para um futuro sustentável. No Euromemorando deste ano, concentramo-nos numa série de dimensões que têm ficado demasiadas vezes à margem das discussões do PEE, mas que merecem uma especial atenção.

### **1 A Economia Europeia na Era da Pandemia do Coronavírus**

A expansão económica internacional após a crise de 2008 revelou-se historicamente fraca e, em 2019, o crescimento estava a abrandar nos EUA, na China e na UE. O surto da pandemia do coronavírus na Europa atingiu primeiro os países do Sul, em março de 2020, mas alargou rapidamente o seu impacto e, após um declínio no Verão, em alguns países, as infeções aceleraram fortemente a partir de novembro. Os confinamentos económicos levaram a um declínio muito acentuado da produção em março e abril e, após uma recuperação parcial no

Verão, novos confinamentos no final do ano fizeram diminuir a produção anual em cerca de 8%. Embora as medidas governamentais tenham amortecido parcialmente o aumento do desemprego, muitos trabalhadores enfrentaram cortes significativos no seu rendimento líquido.

A partir de março, o BCE respondeu com injeções massivas de liquidez. Isto impediu um colapso do sistema bancário, mas também levou a um grande aumento dos preços dos ativos, aumentando os riscos para a estabilidade financeira e exacerbando fortemente as desigualdades. Os ministros das Finanças do Eurogrupo aprovaram, em abril, um programa de empréstimos de 540 mil milhões de euros para os Estados-Membros, mas sujeitos a condições estritas, levando a uma grave crise política em Itália. Confrontados com a ameaça de uma rutura da UE, a Alemanha e a França propuseram um programa de resgate de 750 mil milhões de euros que, pela primeira vez, incluiria subvenções para os Estados mais duramente atingidos.

Isto foi apresentado como um avanço histórico, embora os montantes envolvidos sejam relativamente modestos e sujeitos a controlos da UE, com base em princípios neoliberais de flexibilidade e concorrência.

## **2 Perspetivas Críticas sobre o Pacto Ecológico Europeu**

Embora atualmente ensombrada pela crise da pandemia do coronavírus, existe uma necessidade urgente de refletir criticamente e melhorar ainda mais as dimensões-chave do PEE, especialmente as que afetam o clima e a biodiversidade (as duas fronteiras planetárias “centrais”), bem como a abordagem da política social e a conjuntura política em que aquela crise surgiu. Apontamos para áreas políticas específicas e apresentamos propostas alternativas.

O PEE é, essencialmente, uma abordagem de “crescimento ecológico”; não envolve uma TSE substancial, necessária para enfrentar crises ecológicas e sociais fundamentais. É altamente improvável que o grau de dissociação absoluta de emissões de carbono e uso de recursos do crescimento necessário para realizar o PEE seja alcançado. A Comissão colocou a política climática no centro deste Pacto; no entanto, a sua ambição é demasiado modesta. É necessário um plano quinquenal de redução de emissões forte. Há uma grande ênfase nos mecanismos de mercado e no Mercado Único, enquanto normas como a solidariedade e formas alternativas de organização económica dificilmente aparecem, se é que aparecem mesmo. O Fundo para uma Transição Justa não é suficientemente financiado; os objetivos socio-ecológicos estão essencialmente subordinados a panaceias orçamentais.

O Tratado da Carta da Energia é um grande obstáculo à eliminação rápida dos combustíveis fósseis. Se não puder ser reformado para reduzir o poder da indústria destes combustíveis, como parece provável, é necessário organizar um recuo coletivo de todos os membros da UE. As políticas agrícolas, nomeadamente a proposta pendente da Política Agrícola Comum, necessitam de grandes alterações para refletir a biodiversidade e as ambições do PEE em matéria de emissões de gases com efeito de estufa. A bem-vinda ambição deste Pacto de estabelecer um “exemplo credível” para a sua política comercial, precisa de ser materializada, e não passar de pura retórica. Até agora, foram perdidas grandes oportunidades para

promover melhorias eficazes na sustentabilidade ambiental e social, por exemplo, no acordo pendente UE-Mercosul. A planeada aplicação do princípio “uma entrada, uma saída — one-in, one-out” precisa de ser abandonada. [Este princípio, em síntese, pretende assegurar que qualquer introdução de um novo custo administrativo de uma nova legislação deve ser compensada pela redução de custos administrativos equivalentes a nível da UE na mesma área política].

Embora ainda não se saiba como algumas especificidades do PEE serão aplicadas, geridas e orientadas nos próximos anos, é já claro que poderiam e deveriam terem-no sido muito mais e melhor.

### **3 Abordagens Feministas a um Novo Pacto Ecológico e de Prestação de Cuidados**

A pandemia trouxe a questão da prestação de cuidados para o topo das prioridades da sociedade ao sensibilizar as pessoas para a importância dos sistemas públicos de saúde para assegurar o direito dos cidadãos aos cuidados de saúde. Também tornou visível o vasto âmbito da prestação de cuidados, incluindo os cuidados pessoais e sociais, cuidados na educação e os cuidados de saúde, e abrangendo todas as pessoas em estado de dependência e necessitadas de assistência: as crianças, os idosos frágeis e os deficientes, mas também as vítimas de violência, os sem-abrigo, os toxicodependentes, os refugiados, etc. Além disso, trouxe para o primeiro plano o papel predominante desempenhado pelas mulheres na reprodução social, quer como principais prestadores de cuidados não remunerados em casa quer também como trabalhadores “chave” essenciais.

A agenda feminista por uma Economia da Prestação de Cuidados é parte integrante de uma alternativa progressista para a TSE da Europa, que reconhece a necessidade de os planos nacionais de recuperação de todos os países da UE incluírem um investimento extensivo a nível social na Economia da Prestação de Cuidados, não apenas um investimento público substancial na promoção de uma “economia ecológica”, mas também no combate ao défice da prestação de cuidados nas sociedades em envelhecimento e no reforço do Estado-Providência para enfrentar futuras crises no domínio da saúde, bem como para promover a igualdade de género.

Nos atuais planos do Novo Pacto Ecológico não se pondera como é que as atividades da vida quotidiana poderiam ser tornadas mais eficientes em termos de recursos ou como os espaços em que as pessoas vivem poderiam ser concebidos para maximizar a ecoeficiência, bem como para reduzir, simultaneamente, o tempo necessário para levar a cabo essas atividades, especialmente para as mulheres. Embora a transição para uma economia descarbonizada ofereça um grande potencial para repensar uma vasta gama de características normalizadas da vida quotidiana, há ainda necessidade de convergência de medidas, colocando a reprodução social, a valorização da prestação de cuidados, o trabalho decente da prestação de cuidados e a igualdade de género no centro da TSE dos países da UE.

#### **4 Reconstruir a Economia Europeia: Política Industrial, Transição Ecológica e Sistemas de Saúde**

Como resultado da crise pandémica, a Europa está a perder capacidades de produção, começando a sentir maiores disparidades entre países e regiões, e está a retardar a transição ecológica. A variedade de iniciativas implicando despesas nacionais e da UE, empreendidas em 2020-21, para apoiar empresas e agregados familiares, não está a criar uma trajetória dirigida para um sistema de produção alternativo, sustentável e mais equitativo. A nível da UE, o programa Próxima Geração UE inclui requisitos para investimentos e projetos ecológicos, mas com pouca coordenação com a agenda europeia do PEE.

Foi concedido um maior espaço político aos governos, com a suspensão temporária da proibição de auxílios estatais às empresas na UE. Contudo, apenas alguns países — nomeadamente a Alemanha e a França — desenvolveram planos claros de política industrial para a alta tecnologia, a indústria automóvel, os sectores da energia e do ambiente, com um forte papel dos respetivos governos no domínio da inovação, no investimento, na organização dos mercados, na regulamentação, na disponibilização de fundos e na orientação de estratégias empresariais. Inversamente, a maioria dos países tem continuado com o apoio “horizontal” a todas as empresas, sem uma dimensão clara de reconstrução.

Uma política industrial alternativa da UE deveria visar uma nova convergência entre países e regiões; deveria evitar o aumento da produção militar, uma área atualmente a beneficiar de novos apoios da UE para I&D e sistemas de armamento; e deveria conceder mais proteção e voz aos trabalhadores e aos sindicatos. As áreas-chave prioritárias deveriam ser a transição ecológica e a expansão das atividades em torno dos serviços de saúde pública e de assistência social. Os instrumentos de política podem incluir o investimento público e participações sociais em empresas privadas; contratos públicos para novos bens e serviços; incentivos e créditos garantidos pelo Estado a empresas privadas empenhadas na inovação e no investimento a longo prazo nestas áreas prioritárias. Os novos recursos disponibilizados durante a emergência devem concentrar-se na reconstrução sustentável e equitativa das economias europeias.

#### **5 A Dimensão Internacional da Transformação Socio-Ecológica**

A TSE envolve tanto uma dimensão interna como internacional. O papel da UE na promoção de um desenvolvimento social e ecologicamente sustentável a nível global requer, portanto, uma reflexão séria. As questões críticas a abordar são: qual é a contribuição efetiva da UE na promoção da paz, assim como na superação da pobreza e da exclusão social, enquanto atua contra o aquecimento global e a perda da biodiversidade? Como é que os atores da UE alteram a sua abordagem aos problemas sociais, ecológicos e globais e, ao mesmo tempo, como é que reconfiguram as suas relações transnacionais e internacionais? O que significam efetivamente as respostas a estas questões, especialmente para as forças democráticas anti-neoliberais, para a promoção de uma vida decente com dignidade, com autodeterminação, com solidariedade e com uma natureza saudável para todos?

Para estabelecer um ponto de partida para responder a estas questões, o argumento central do presente ponto é que os processos internos da UE têm uma forte influência nas condições

políticas, sociais e ecológicas dos atores fora da UE, os quais têm de lidar com as suas consequências. Assim, estas consequências merecem uma reflexão crítica na formulação de políticas da UE, uma vez que dependem: 1) da procura europeia por recursos, nomeadamente matérias-primas, bem como dos respetivos modos de produção e transporte; 2) das condições relativas ao comércio e investimento e das correspondentes políticas europeias; 3) de políticas concretas destinadas a desenvolver a sustentabilidade; 4) das atividades e práticas das empresas multinacionais, com sede e acionistas na UE; 5) do papel dos militares na economia e na política dos Estados-Membros e também da UE.

Sequentemente, as atuais prioridades políticas da UE — tal como constam no Plano de Ação para as Matérias-Primas Essenciais, no Tratado da Carta da Energia, nos acordos de comércio da UE, na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, na futura legislação europeia de diligência devida obrigatória, mas também na Cooperação Estruturada Permanente (PESCO na sigla em inglês)/militarização e na política externa baseada no entendimento dominante de “segurança” e “resposta a desafios globais” — tudo isso requer um escrutínio sistemático.

# Introdução

## **Os fracassos do capitalismo neoliberal — uma vez mais expostos, agora pela pandemia do coronavírus**

A pandemia do coronavírus levou a mais de 400.000 mortes na Europa em 2020, abriu uma grande crise económica e expôs tragicamente as graves falhas do modelo económico predominante, tanto na União Europeia (UE) como fora dela. O modelo neoliberal das últimas décadas consistiu na construção de um mercado globalmente integrado, com regras harmonizadas, por sua vez garantidas por organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio. A Crise Financeira Global, a crise climática, bem como a emergência do populismo autoritário à escala global e, mais recentemente, a pandemia do coronavírus deixaram bem claro que o capitalismo neoliberal está em profunda crise.

O comércio internacional e o investimento têm vindo a abrandar desde 2009. Além disso, a atividade económica internacional, paradigmaticamente incorporada em Cadeias de Valor Globais, tem sido exposta a diferentes tipos de choques, tal como evidenciado na pandemia do coronavírus. O número de choques tem vindo a aumentar há anos e os seus impactos económicos e sociais tornaram-se mais severos<sup>1</sup>. Dado o maior número de eventos climáticos (cheias, secas, etc.), de crises de saúde pública, de ataques informáticos e de conflitos políticos, é provável que, tanto a frequência como a profundidade destas quebras da produção venham a aumentar no futuro.

### **Menos cooperação internacional, mas mais integração europeia?**

Como consequência da pandemia do coronavírus, assistimos ao regresso do Estado como agente económico de último recurso. Isto produziu resultados ambivalentes. Em primeiro lugar, a fim de assegurar o fornecimento de bens essenciais, em particular bens médicos e produtos farmacêuticos, os governos de 90 países optaram por impor cerca de 230 restrições à exportação<sup>2</sup>. Isto incluiu protagonistas da chamada ordem internacional fundada em regras, como a Comissão Europeia, a Alemanha e o Japão. Do mesmo modo, os países ricos do núcleo central capitalista empenharam-se numa corrida para assegurar o acesso preferencial às vacinas desenvolvidas por laboratórios de investigação e empresas farmacêuticas, em detrimento de uma abordagem coordenada que tivesse em conta<sup>3</sup> as necessidades dos países da periferia capitalista. A falta de solidariedade internacional, pelo menos durante a primeira fase da crise da Covid-19, foi altamente problemática, mas não deveria ter sido surpresa, dado que são ainda os Estados-nação os principais responsáveis pela gestão de situações de crise, enquanto a UE ainda carece de competências importantes a este respeito. A pandemia do

---

<sup>1</sup> Ver Swiss Re Institute (2020) 'Natural catastrophes in times of economic accumulation and climate change'. *Sigma*, nº 2/2020. Texto disponível em: <https://www.swissre.com/dam/jcr:85598d6e-b5b5-4d4b-971e-5fc9eee143fb/sigma-2-2020-en.pdf> (acedido em 15 de dezembro de 2020).

<sup>2</sup> Ver sítio da Organização Mundial do Comércio (30 de agosto de 2020).

<sup>3</sup> A iniciativa Gavi COVAC, com o apoio da OMS, da Comissão Europeia e da França, é a exceção, mas indiscutivelmente demasiado fraca e subfinanciada para proporcionar aos países menos desenvolvidos um acesso abrangente à vacinação efetiva, uma vez disponível. Para mais informações ver <http://www.gavi.org>.



coronavírus teve, assim, pelo menos. o efeito inicial de enfraquecer ainda mais a cooperação pan-europeia, bem como internacional.

Em segundo lugar, os governos em toda a UE lançaram grandes programas orçamentais para mitigar o impacto económico e social da profunda contração económica devida à pandemia do coronavírus. A suspensão pela Comissão Europeia das regras extremamente restritivas a nível orçamental e de auxílios estatais, bem como as consideráveis injeções de liquidez do Banco Central Europeu (BCE), conduziram a programas de despesas massivas por parte dos Estados-Membros. As políticas de austeridade dos últimos doze anos foram assim reveladas ao público em geral por aquilo que sempre foram: dogmáticas e não relacionadas com um fundamento conceptual bom, com a experiência histórica e, acima de tudo, com os seus custos humanos e sociais. Além disso, o impacto económico marcadamente assimétrico da pandemia do coronavírus nos Estados-Membros da UE, com países do Sul da Europa, como a Itália e a Espanha, a serem mais duramente atingidas que os países economicamente dominantes próximos da Alemanha, desencadeou um novo, embora hesitante, passo em direção à integração económica, nomeadamente a decisão de introduzir formas mutualizadas de dívida europeia com o programa Próxima Geração UE. O programa de 750 mil milhões de euros consiste tanto em empréstimos como em subvenções, totalizando estas últimas 390 mil milhões de euros. Embora seja em si um desenvolvimento significativo, ainda é duvidoso se a dimensão desta iniciativa e a rapidez da sua implementação serão suficientes para dar um contributo significativo para a recuperação da economia europeia, sem falar do processo de convergência económica dentro da Zona Euro.

### **A crise climática e a necessidade de uma profunda transformação socio-ecológica**

Embora seja anunciado que 30% dos fundos disponibilizados ao abrigo do programa de recuperação seja destinado a financiar investimentos ecológicos, o Pacto Ecológico Europeu (PEE), como projeto de referência da nova Comissão liderada por Ursula von der Leyen, tem estado, no entanto, sob pressão devido à profunda crise económica provocada pela pandemia do coronavírus. As propostas de concretização de programas específicos ao abrigo deste Pacto foram adiadas ou diluídas. Em outubro de 2020, as posições acordadas, tanto no Conselho como no Parlamento Europeu, sobre as orientações da Política Agrícola Comum (PAC) para o período 2021-2027 foram, por exemplo, amplamente criticadas pela sua falta de ambição no que diz respeito aos objetivos ambientais e de proteção climática<sup>4</sup>.

É demasiado óbvio que há poderosos interesses a utilizar a atual crise económica como pretexto para rejeitar não somente os elementos mais ambiciosos do PEE, mas também contrapropostas mais radicais de Transformação Socio-Ecológica (TSE). A tomada de decisões nas instituições europeias tornou-se altamente controversa e morosa, com uma variedade de novos protagonistas com direito de veto a surgir em temas específicos, como é o caso dos “quatro países frugais” (Áustria, Dinamarca, Holanda, Suécia, apoiados em última instância pela Finlândia) na política orçamental, ou a Hungria e a Polónia na política climática, no Estado de direito e noutras questões. Infelizmente, as discussões sobre a trajetória futura da integração europeia continuam a ser tão contestadas como sempre. Acontecimentos

---

<sup>4</sup> Ver <https://www.politico.eu/article/europes-green-ambitions-run-into-an-old-foe-farmers/>.

relevantes recentes, como o Brexit, a mudança estratégica da política externa dos EUA em relação à China, ou as ramificações da pandemia do coronavírus têm sido, até agora, incapazes de mudar decisivamente a perspetiva estratégica dos decisores políticos da UE, uma vez que estes só conseguem estabelecer os mínimos necessários para evitar a desagregação da Zona Euro ou outras perturbações importantes.

Durante o outono de 2020, a maioria dos países europeus foi abalada por uma segunda vaga de infeções de coronavírus, pelo que o processo de elaboração de políticas no seio da UE mudou de novo para um outro ritmo, em modo de crise. Embora seja atualmente impossível prever quando a pandemia será contida, deve ficar claro que, dados os objetivos climáticos da UE, as decisões de política económica que venham a ser tomadas ao longo dos próximos anos determinarão, em grande medida, a trajetória da economia europeia até ao final desta década. Serão, portanto, decisivas para saber se avançamos no sentido de substituir os nossos atuais modos de produção e consumo social e ambientalmente insustentáveis ou se vão triunfar as forças do *status quo*, infligindo uma dinâmica de crise social e ambiental cada vez mais intensa.

Como já foi salientado no EuroMemorandum 2020, o Grupo EuroMemo acredita firmemente que é necessário um programa abrangente e radical de TSE para se conseguir a transição necessária para um futuro sustentável.

No relatório deste ano, para além de uma visão geral dos recentes desenvolvimentos económicos e políticos e de uma crítica à proposta do Pacto Ecológico e à sua implementação, concentramo-nos numa série de dimensões que demasiadas vezes têm permanecido à margem das discussões sobre a TSE, mas que merecem uma atenção especial. Nestas dimensões inclui-se, em primeiro lugar, a necessidade de introduzir uma perspetiva feminista e realçar a importância da reprodução social e da prestação de cuidados sociais para quaisquer propostas progressistas do Novo Pacto Ecológico e da TSE. Em segundo lugar, tendo em conta tanto os nossos compromissos ambientais como as exigências da pandemia do coronavírus, é necessário um programa de grande envergadura para reconstruir a nossa economia produtiva.

Em terceiro lugar, a dimensão internacional e as políticas externas e de segurança da UE precisam de ser abordadas de forma muito mais explícita. Num contexto de rivalidades geopolíticas crescentes, em particular entre os EUA e a China, os planos para expandir as capacidades militares da UE e para implementar a política externa e de segurança, bem como o seu arsenal da política comercial para promover uma abordagem mais agressiva dos assuntos internacionais, precisam de ser vigorosamente postos em questão. Em vez desses planos, a UE deve basear a sua política externa em princípios de construção da paz, mediação de conflitos, desarmamento, juntamente com a cooperação e a solidariedade internacionais.

# 1 A Economia Europeia na Era da Pandemia do Coronavírus

## O início da Covid-19

A expansão económica internacional que começou em 2009 revelou-se historicamente fraca e, em 2019, havia sinais de que estava a terminar. Nos Estados Unidos, o impulso temporário das reduções de impostos de Trump tinha expirado; na China, a taxa de crescimento, que tinha diminuído constantemente desde 2010, atingiu o mínimo em 30 anos; e na UE, a recuperação económica desigual que se seguiu à crise de 2010-12 na Zona Euro estava a abrandar, com a Alemanha, a França, a Itália e a Espanha a registarem todas uma queda no crescimento.

O início da pandemia do coronavírus, em março de 2020, atingiu os Estados-Membros da UE com diferentes graus de intensidade. O impacto inicial foi sentido em Itália, seguido pela Espanha e, pouco tempo depois, pela França e pela Bélgica. Os sistemas de saúde foram seriamente sobrecarregados e registou-se um nível alarmante de mortes. As taxas de mortalidade foram também elevadas na Suécia, que seguiu uma política controversa baseada na prossecução da “imunidade de grupo”, bem como na Grã-Bretanha e nos Países Baixos, que inicialmente seguiram a mesma abordagem. Na Alemanha, na Áustria e nos restantes países nórdicos, onde o impacto foi sentido ligeiramente mais tarde, as mortes foram significativamente mais baixas. Na Europa Central e Oriental, o impacto inicial foi ainda mais baixo, mas as infeções aumentaram de forma constante ao longo do Verão. No início do Outono, as infeções começaram então a aumentar novamente em toda a Europa. Este aumento de infeções acelerou-se acentuadamente em novembro de 2020, vindo a registar-se um número de novos casos diários cerca de cinco vezes maior do que em março. Graças a uma maior experiência no tratamento da doença e à maior proporção de pessoas mais jovens afetadas, muito mais pessoas sobreviveram. Contudo, em toda a UE, o número de mortes diárias foi tão elevado como durante o pico anterior.

Foram introduzidos confinamentos económicos em muitos países para quebrar a propagação inicial da doença e isto levou a grandes quedas na produção, com a produção industrial na UE a cair 27% em abril. No primeiro semestre de 2020, o PIB caiu 15% no conjunto da UE, e cerca de 20% em França, Itália e Espanha. Quando o confinamento foi relaxado na Primavera, a atividade económica registou inicialmente uma recuperação relativamente forte, mas enfraqueceu a partir do final do Verão, e, em novembro, a maioria dos países tinha reintroduzido restrições no setor da restauração e nas empresas não essenciais. Prevê-se que o PIB do ano de 2020 diminua cerca de 8% para a UE no seu conjunto. No entanto, isto mascara diferenças significativas entre países. Entre as maiores economias, prevê-se que a Alemanha registre um declínio de cerca de 6%, enquanto os números para a França, a Itália e especialmente a Espanha indicam que se aproxime de 10% ou mais. Entre os países mais pequenos, Bélgica, Grécia e Portugal, a produção deverá diminuir cerca de 9%.

**Indicadores Económicos, 2020**

		Variação real do PIB (%)	Taxa de variação do Investimento (%)	Taxa de variação do Emprego (%)	Taxa de Desemprego (%)	Taxa de variação do Salário Real (%)	Saldo Orçamental (% do PIB)	Dívida Pública (% do PIB)
	<b>Zona Euro</b>	<b>-7,8</b>	<b>-19,1</b>	<b>-5,3</b>	<b>8,3</b>	<b>0,9</b>	<b>-8,8</b>	<b>101,7</b>
	<b>UE</b>	<b>-7,4</b>	<b>-17,6</b>	<b>-4,5</b>	<b>7,7</b>	<b>0,5</b>	<b>-8,4</b>	<b>93,9</b>
Nórdicos	Finlândia	-4,3	-14,7	-2,5	7,9	1,7	-7,6	69,8
	Dinamarca*	-3,9	-12,3	-1,3	6,1	0,6	-4,2	45,0
	Suécia*	-3,4	-11,5	-1,7	8,8	1,2	-3,9	39,9
Europa Ocidental	Áustria	-7,1	-14,8	-2,5	5,5	-0,3	-9,6	84,2
	Bélgica	-8,4	-15,4	-0,7	5,9	-1,9	-11,2	117,7
	França	-9,4	-17,6	-10,5	8,5	5,0	-10,5	115,9
	Alemanha	-5,6	-15,7	-1,0	4,0	-1,7	-6,0	71,2
	Irlanda	-2,3	-67,6	-0,4	5,3	1,5	-6,8	63,1
	Luxemburgo	-4,5	-15,6	2,0	6,6	-5,6	-5,1	25,4
	Países Baixos	-5,3	-14,2	-0,8	4,4	1,3	-7,2	60,0
Europa do Sul	Chipre	6,2	17,0	-2,6	8,2	-1,6	-6,1	112,6
	Grécia	-9,0	-15,4	-3,6	18,0	0,3	-6,9	207,1
	Itália	-9,9	-18,8	-10,3	9,9	1,0	-10,8	159,6
	Malta	-7,3	:	-0,8	5,1	-0,3	-9,4	55,2
	Portugal	-9,3	-30,7	-3,8	8,0	-0,3	-7,3	135,1
	Espanha	-12,4	-23,4	-8,7	16,7	2,1	-12,2	120,3
Europa de Leste	Rep. Checa	-6,9	-15,2	-1,1	2,7	-2,9	-6,2	37,9
	Estónia	-4,6	-18,9	-3,5	7,5	3,8	-5,9	17,2
	Letónia	-5,6	-4,0	-3,2	8,3	2,8	-7,4	47,5
	Lituânia	-2,2	-13,1	-2,8	8,9	1,5	-8,4	47,2
	Eslováquia	-7,5	-20,0	-1,6	6,9	-0,6	-9,6	63,4
	Eslovénia	-7,1	-16,0	-0,9	5,0	1,3	-8,7	82,2
	Bulgária*	-5,1	12,8	-2,9	5,8	4,0	-3,0	25,7
	Croácia*	-9,6	:	-1,4	7,7	1,9	-6,5	86,6
	Hungria*	-6,4	-16,4	-3,5	4,4	2,8	-8,4	78,0
	Polónia*	-3,6	-9,8	-1,7	4,0	-0,1	-8,8	56,6
	Roménia*	-5,2	2,0	-2,6	5,9	5,8	-10,3	46,7
Outros	Reino Unido	-10,3	-15,6	-0,9	5,0	-1,3	13,4	104,4
	Japão	-5,5	:	-5,0	3,1	2,9	-13,9	250,0
	EUA	-4,6	-10,7	-6,3	7,7	2,8	-15,3	120,0

Fonte: European Commission, European Economic Forecast, Autumn 2020. \*País não pertencente à Zona Euro. Variação do PIB da Irlanda estimada em -6% sem as empresas multinacionais dos EUA.

A epidemia tem tido um grande impacto nos mercados de trabalho. Em resultado de *layoffs* temporários e de programas de redução do tempo de trabalho, o emprego, tanto de homens como de mulheres, diminuiu 2,8% no primeiro semestre de 2020, consideravelmente menos do que o declínio da produção. Para o ano de 2020, previa-se uma redução do emprego de cerca de 5%. Contudo, nos casos em que os trabalhadores sem expectativas de emprego não conseguiram encontrar emprego, as taxas de inatividade aumentaram 1,7 pontos percentuais em toda a UE. Consequentemente, os números oficiais de desemprego na UE, que aumentaram de 6,5% para 7,7% no decurso de 2020, apenas captaram uma parte da crise do emprego. O maior impacto da perda de postos de trabalho verificou-se nos trabalhadores migrantes e nos jovens, enquanto as mulheres com filhos suportaram uma parte desproporcional de trabalho não remunerado, o que foi agravado pelas tensões adicionais do teletrabalho a partir de casa, tensões estas que aumentaram acentuadamente após o início da crise de saúde<sup>5</sup>.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, os rendimentos do trabalho nos primeiros três trimestres de 2020 terão diminuído 10,7% na Europa Ocidental e 8% na Europa Oriental<sup>6</sup>. Todos os países da UE introduziram medidas para compensar os trabalhadores que ficaram numa situação de desemprego parcial ou inativos. Estes regimes abrangeram quase 25% dos trabalhadores nos Países Baixos, Alemanha e Espanha, e quase 50% em França e Itália. Mas, mesmo com estas medidas, os trabalhadores enfrentaram uma perda no rendimento líquido de cerca de 25% no caso de trabalharem 50% das horas regulares e uma queda de 50% no caso dos inativos<sup>7</sup>. Para os trabalhadores de baixas remunerações e com emprego precário, já em dificuldades para sobreviver com os seus salários, este declínio no emprego provocou dificuldades generalizadas. Cerca de dois terços dos países da UE também introduziram medidas de proteção do rendimento para os trabalhadores independentes e outros grupos não abrangidos pelas medidas existentes, mas estas proteções proporcionaram taxas muito baixas de substituição do rendimento. Os trabalhadores migrantes foram particularmente atingidos por novas restrições à mobilidade e por trabalharem frequentemente em setores especialmente vulneráveis ao coronavírus. Em termos mais gerais, as mulheres estavam desproporcionalmente representadas entre os trabalhadores essenciais mais expostos, nomeadamente nos setores da saúde e da prestação de cuidados.

A Comissão Europeia estima que o coronavírus causará perdas às empresas entre 720 mil milhões e 1,2 milhões de milhões de euros em 2020<sup>8</sup>. Embora alguns setores da economia se tenham expandido, sobretudo os supermercados e os serviços de entregas ao domicílio, tem havido um colapso generalizado da atividade empresarial. De acordo com a OCDE, houve um aumento das chamadas empresas “zombies”, que só sobreviveram graças a mecanismos especiais de empréstimos, sendo que, em setembro, pedia-se que as medidas de manutenção

---

<sup>5</sup> IMF (2020) *World Economic Outlook*. Outubro, Caixa 2.1, pp. 77-78.

<sup>6</sup> ILO Monitor (2020) *COVID-19 and the world of work*. International Labour Organization, 6ª edição, 23 de setembro, p. 17.

<sup>7</sup> Ver ECB (2020) ‘Short term work schemes and their effects on wages and disposable income’. *Economic Bulletin*, n.º 4/2020.

<sup>8</sup> Eustathopoulos, Y. (2020) ‘The role and duties of public authorities in corporate bailouts: “businesses-usual” or opportunity for fostering socio-ecological transition?’ Texto apresentado na Conferência Anual do Grupo EuroMemo, 23 de setembro.

de postos de trabalho fossem gradualmente eliminadas e que as empresas inviáveis fossem autorizadas a fechar<sup>9</sup>.

### **Um passo em frente limitado?**

Os Estados-Membros da UE reagiram inicialmente à epidemia com uma total falta de solidariedade, fechando as fronteiras nacionais e restringindo a exportação de bens médicos essenciais. No final de março, os ministros das Finanças da UE concordaram, contudo, em suspender os limites do Pacto de Estabilidade e Crescimento relativos ao endividamento dos governos, a fim de facilitar as respostas nacionais.

Em março, o BCE respondeu à ameaça económica com uma série de iniciativas de grande envergadura. Introduziu um Programa de Compras de Emergência Pandémica, de 750 mil milhões de euros, que aliviou a pressão sobre as obrigações do tesouro dos governos do sul da Europa, posteriormente aumentado, em junho, para 1,350 milhões de milhões euros. Um programa adicional reforçou o apoio às empresas. As regulamentações bancárias e os requisitos de garantias foram flexibilizados, embora um valor potencial de 3 mil milhões de euros de empréstimos a empresas a taxas de juro negativas quase não tenha sido utilizado. Os efeitos da política monetária foram, conseqüentemente, ambíguos. As injeções massivas de liquidez por parte do BCE evitaram um potencial colapso do sistema bancário, mas a política monetária altamente acomodatória e as baixas taxas de juro não conduziram a um aumento significativo do crédito bancário e do crescimento económico. Em vez disso, o enorme aumento da liquidez contribuiu para um grande aumento dos preços dos ativos, com os conseqüentes riscos para a estabilidade financeira. Também exacerbou acentuadamente as desigualdades socioeconómicas, tanto na Europa como a nível mais global.

Confrontado com uma rápida deterioração das perspetivas económicas, o Eurogrupo de ministros das Finanças concordou, no início de abril, com um programa de empréstimos de 540 mil milhões de euros: 100 mil milhões de euros para ajudar a financiar programas nacionais de proteção do emprego (Instrumento Europeu de Apoio Temporário para Atenuar os Riscos de Desemprego numa Situação de Emergência ou SURE); 200 mil milhões de euros do Banco Europeu de Investimento (BEI) para empresas, com garantias fornecidas pelos Estados nacionais; e um possível adicional de 200 mil milhões de euros para empresas do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). No entanto, por insistência do governo holandês, estas medidas foram, em grande parte, sujeitas à habitual condicionalidade estrita da UE, apesar da forte oposição dos Estados-Membros do sul.

As condicionalidades conduziram a uma grave crise política, sobretudo em Itália. Face à possibilidade de uma rutura da UE, o governo alemão mudou a sua posição, tendo a Chanceler Merkel, juntamente com o Presidente francês Macron, proposto um programa de apoio de 750 mil milhões de euros que, pela primeira vez na UE, incluiria 450 mil milhões de euros em subvenções aos Estados-Membros. O programa Próxima Geração UE foi aprovado numa cimeira em julho, embora, na sequência de pressões dos Países Baixos, da Áustria, da Dinamarca e da Finlândia, a componente de subvenções tenha sido reduzida para 390 mil

---

<sup>9</sup> OECD (2020) 'Coronavirus: Living with uncertainty'. *OECD Interim Economic Assessment*, 16 de setembro, p. 12.

milhões de euros<sup>10</sup>. As subvenções serão atribuídas ao longo de três anos, com base no desemprego e no rendimento *per capita*, e os maiores beneficiários serão a Itália e a Espanha. Os empréstimos deverão ser reembolsados entre 2028 e 2057, embora a questão-chave de como isto será financiado ainda não tenha sido resolvida. Isto poderia ser feito com a ajuda de novos impostos europeus (sobre plásticos, transações financeiras, consumo de carbono ou empresas digitais), com novos recursos dos Estados-Membros, ou com cortes nas despesas.

O programa foi apresentado como um avanço histórico, uma vez que inclui o princípio de dívida conjunta europeia e de transferências em favor dos países mais afetados pela crise. Mas, embora seja um primeiro passo, é muito limitado. A Alemanha comprometeu-se a preservar a Zona Euro, o que é essencial para a sua economia orientada para a exportação. A criação da dívida conjunta europeia é uma iniciativa importante; no entanto, não é claro como será reembolsada, o que será um fator decisivo. A escala do plano é também pequena em comparação com a escala do desafio que está em causa. A componente de subvenções, depois de conceder 78 mil milhões de euros que já foram atribuídos (à política de coesão, ao desenvolvimento rural e ao Fundo para uma Transição Justa), ascende a 312 mil milhões de euros ao longo de três anos. Isto equivale a apenas 0,7% do PIB europeu, por ano, um montante muito modesto dada a profundidade da recessão. Mais preocupante é um outro ponto: os investimentos nacionais financiados pelo plano devem ser sujeitos a controlo através do procedimento do Semestre Europeu. Isto envolve as chamadas reformas estruturais, baseadas na promoção de princípios neoliberais de flexibilidade e concorrência. A iniciativa foi anunciada como uma resposta pontual a uma crise sem precedentes, mas, para a maioria dos Estados do Sul, é vista como um primeiro passo no sentido de um mecanismo europeu mais permanente. Significativamente, no final de setembro, numa análise dos beneficiários do novo fundo, o próprio BCE apelou para que a capacidade orçamental europeia se tornasse permanente<sup>11</sup>.

O pacote europeu de recuperação foi finalmente aprovado no final de 2020 na sequência de longas negociações com a Polónia e a Hungria, tendo sido adiada para 2023 a decisão sobre se a independência do poder judicial nos dois países estava em conformidade com as normas da UE. As principais respostas orçamentais no decurso de 2020 foram tomadas a nível nacional, com uma combinação de estabilizadores automáticos e medidas discricionárias, que ascenderam a cerca de 6,9% do PIB da UE<sup>12</sup>. No entanto, a dimensão dos programas nacionais de reconstrução variou muito, em função dos recursos orçamentais dos países. A Alemanha anunciou, em junho, medidas de 130 mil milhões de euros, principalmente orientadas para o aumento do consumo. O pacote da França, anunciado em setembro, envolve um programa de 100 mil milhões de euros, incluindo o apoio ao investimento em energia verde, transportes e inovação industrial. A iniciativa da Itália, anunciada em julho, é um programa mais modesto de 20 mil milhões de euros para apoio aos transportes, logística e turismo.

---

<sup>10</sup> Nas negociações paralelas sobre as contribuições para o orçamento da UE de 1,074 biliões de euros para o período de 2021-27, os chamados “quatro frugais” — como a Alemanha — conseguiram obter reduções significativas para os seus países.

<sup>11</sup> ECB (2020) ‘The fiscal implications of the EU’s recovery package’. *ECB Economic Bulletin*, 6/20, setembro.

<sup>12</sup> European Union (2020) ‘European Economic Forecast – Autumn 2020, Statistical Annex’. Quadro 38.

## Para uma alternativa progressista — Propostas do EuroMemorandum

A crise de coronavírus sublinha a importância de complementar a política monetária europeia comum com uma política orçamental europeia comum. De acordo com propostas anteriores do EuroMemorandum, para ter um impacto macroeconómico deve ser estabelecida uma capacidade orçamental europeia igual a, pelo menos, 5% do PIB da Zona Euro. Isto deve ser acompanhado pela criação de um Ministério das Finanças Europeu sujeito ao controlo democrático do Parlamento Europeu. O orçamento europeu deveria ser financiado por uma combinação de: (a) impostos, incluindo impostos sobre transações financeiras, o consumo de carbono e o teor de carbono importado, bem como sobre os lucros das empresas; (b) obrigações conjuntas da Zona Euro; e (c) criação monetária pelo BCE. O principal objetivo da política orçamental europeia deveria ser o de promover o pleno emprego, com empregos de qualidade e com a semana de trabalho mais curta, e reduzir os desequilíbrios muito marcados de desenvolvimento económico entre as diferentes regiões europeias<sup>13</sup>. Isto deve estar estreitamente ligado ao desenvolvimento de uma estratégia europeia de investimento, tal como discutido no capítulo 4 abaixo.

A política orçamental dos Estados-Membros deve ser coordenada a nível europeu com o objetivo de promover o pleno emprego e a transição para um modelo social e ecologicamente sustentável no seio de cada país. A despesa pública em projetos de investimento que contribuam para este fim deve ser excluída das regras de déficit público da UE. A redução de impostos sobre os rendimentos mais elevados que se verifica desde a década de 1980 deveria ser revertida, a fim de contrariar a forte inclinação para uma maior desigualdade e de assegurar a disponibilidade de recursos para programas de investimento público. Os estados devem estabelecer regras claras para o apoio público às empresas privadas, baseadas em intervenções a longo prazo para promover objetivos sociais e de sustentabilidade. Os Estados-Membros deveriam começar a harmonizar as suas taxas de tributação, especialmente a taxa sobre os lucros das empresas, de modo a eliminar o impacto pernicioso da concorrência fiscal. Os sistemas fiscais deveriam contribuir para uma redução do consumo de recursos naturais e da poluição do ar, da água e do solo. Uma proporção significativa das dívidas públicas existentes deve ser mutualizada a nível da UE, para que todos os Estados-Membros possam beneficiar de taxas de juro mais baixas e de proteção contra ataques especulativos.

No domínio da política monetária, são necessárias, pelo menos, duas alterações que representam o abandono da atual insistência em ajustamentos através do mercado. Primeiro, as operações do BCE devem ser condicionadas a objetivos específicos que contribuam para promover o processo de transição social e ecológica. Para este fim, por exemplo, a carteira do BCE deve ser coerente com o combate às alterações climáticas e não incluir títulos emitidos

---

<sup>13</sup> Para outras propostas recentes destinadas a promover uma capacidade orçamental europeia permanente ver Hennette S. *et al.* (2019) *How to democratize Europe* em que se defende um orçamento comum supervisionado por uma assembleia de deputados dos parlamentos dos países participantes, proporcionalmente à sua composição política. Ver também o documento apresentado pela *Transform Europe* na conferência EuroMemorandum, setembro de 2020, em que se advoga a emissão conjunta de obrigações pelos países participantes numa “coligação de vontades”. [Roland Kulke (em representação da *Transform Europe*) (2020) ‘Coalition of the Willing for Eurobonds’. Texto apresentado na Conferência Anual do Grupo EuroMemo, 23 de setembro.]



por empresas que emitam CO2. Em segundo lugar, o BCE deveria desempenhar o papel de prestamista de última instância em relação aos governos, o que significa que o BCE deveria não só comprar obrigações públicas no mercado primário, mas também contribuir para a reestruturação da dívida pública com um perdão parcial quando esta é utilizada para financiar investimentos públicos ecológicos.

As reformas seguidas desde a crise financeira em 2007-08 não alteraram o modelo de atividade dos bancos orientado para o lucro. Para que o setor financeiro sirva a sociedade, são necessárias mudanças sistêmicas, a começar pelo controlo social dos maiores bancos e pela promoção de bancos públicos e de bancos em regime cooperativo. Todos os conglomerados financeiros que abrangem em simultâneo a banca de retalho e de investimento, a negociação de títulos em bolsa e os seguros devem ser reestruturados ou separados e a supervisão deve ser totalmente adaptada às restantes estruturas do respetivo conglomerado. Todas as instituições com atividades bancárias, incluindo as dos chamados bancos-sombra, devem estar sujeitas a regulamentação bancária. Todas as atividades bancárias devem incluir critérios que promovam o desenvolvimento sustentável, incluindo, por exemplo, a promoção das ações das empresas que produzem produtos amigos do ambiente. Os produtos financeiros especulativos, incluindo derivados financeiros, tais como os CDS, ditos seguros de incumprimento de crédito, que aumentam o risco sistémico, devem ser proibidos. As mais-valias de transações financeiras de curto prazo devem ser sujeitas a tributação punitiva. Os controlos públicos dos fluxos internacionais de capitais e a tributação das transações financeiras deveriam ser utilizados para pôr fim às atividades especulativas e limitar o poder dos financiadores sobre a nossa sociedade.

A crise do coronavírus tornou clara a necessidade de construir um sistema de proteção social mais universal e progressista na Europa, menos dependente do registo de emprego passado ou do estatuto laboral. O teletrabalho deve ser regulamentado de modo a superar as implicações nocivas para os trabalhadores e pais, assim como para os sindicatos e para a negociação coletiva. A participação dos trabalhadores nos sindicatos e na negociação coletiva deve ser reforçada, especialmente onde é particularmente fraca, como na Europa de Leste, Grécia e Irlanda.

## 2 Perspetivas Críticas sobre o Pacto Ecológico Europeu

O PEE anunciado em dezembro de 2019, foi considerado como sendo um acordo histórico, e até como o “momento europeu do homem na lua”<sup>14</sup>. Os chefes de Estado dos 27 Estados-Membros da UE chegaram finalmente a acordo, ainda que após difíceis negociações, sobre uma redução das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55% até 2030. O objetivo a longo prazo, previamente acordado, consiste em anular, em termos líquidos, as emissões de gases com efeito de estufa até 2050. O PEE constitui um amplo pacote de políticas e princípios para “transformar a UE numa sociedade justa e próspera, com uma economia moderna e eficiente em termos de recursos e competitiva”<sup>15</sup> e, como “estratégia de crescimento da Europa”, com o crescimento dissociado da utilização de recursos; e agora ancorado no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e no plano de recuperação e resiliência Próxima Geração UE. A tônica principal é colocada nas políticas de crescimento ecológico, acompanhadas por um Mecanismo para uma Transição Justa para compensar as consequências económicas e sociais do PEE nas regiões com utilização intensiva de carbono.

O EuroMemorandum insiste há muito tempo na necessidade de uma TSE como programa político<sup>16</sup>. O PEE introduz uma perspetiva de enquadramento útil para as diversas políticas nas áreas relevantes. No entanto, o PEE é essencialmente uma abordagem de “crescimento ecológico” e não implica uma transformação substancial da sociedade em termos socio-ecológicos. A UE coloca uma forte ênfase em ultrapassar o resto do mundo para ser a primeira a atingir esse objetivo, por exemplo, no caso do hidrogénio. Há uma ênfase muito forte nos mecanismos de mercado e no Mercado Único, enquanto modelos alternativos como a solidariedade e formas alternativas de organização económica, essenciais para uma genuína TSE, estão em grande parte ausentes. É altamente improvável que o grau de dissociação absoluta de emissões de carbono e uso de recursos do crescimento necessário para atingir os objetivos do PEE seja alcançado<sup>17</sup>. Neste capítulo, apresentamos reflexões críticas sobre as principais dimensões deste Pacto, especialmente as que afetam o clima e a biodiversidade (as duas fronteiras planetárias “centrais”), sobre a abordagem da política social e sobre a conjuntura política em que emergiu a crise do coronavírus.

### Clima

A Comissão colocou a política climática no centro do PEE. No entanto, a sua ambição é demasiado fraca. A redução de 55% das emissões de carbono anuais da UE, entre 1990 a 2030, significa, de facto, uma redução de 38% entre 2019-2030. Reduzir em proporção direta

---

<sup>14</sup> Von der Leyen, U. (2019), discurso no Parlamento Europeu, 11/12/19.

<sup>15</sup> Comissão Europeia (2019) ‘O Pacto Ecológico Europeu’. *COM(2019) 640 final*, 11-12-19. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=COM:2019:640:FIN>.

<sup>16</sup> Ver EuroMemorandum 2020.

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, Parrique, T. *et al.* (2019) ‘Decoupling debunked: Evidence and arguments against green growth as a sole strategy for sustainability’. *EEB & MESA*; e Hickel, J.; Kallis, G. (2019) ‘Is Green Growth possible?’ *New Political Economy*, 25(4), 469-486.

significa que a ambição da UE consistiria apenas numa redução anual de 3,5% das emissões a partir de 2019.

A última avaliação das Nações Unidas, o *UNEP Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2020*, refere que, para limitar o aumento do aquecimento global a 1,5 graus, é necessária uma redução global de 56% nas emissões anuais entre 2019 e 2030<sup>18</sup>. Se a UE aceitasse a sua responsabilidade histórica e as suas capacidades (tal como exigido na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, o tratado UNFCCC), a sua correspondente redução deveria ser bem superior a 60%, e não os 38% propostos. Isto alteraria enormemente toda a natureza do PEE.

A emergência climática já está em cima de nós e a necessidade de uma ação imediata não pode ser senão sublinhada intensamente. Tendo em conta a natureza cumulativa do efeito de estufa e o facto de a ação mundial ter sido adiada, são necessárias reduções drásticas imediatamente; atrasos agora, mesmo que de uns poucos anos, significarão reduções extremas depois disso<sup>19</sup>. É necessário uma rota e um plano quinquenal de redução das emissões.

Além disso, os países ricos prometeram 100 mil milhões de dólares, por ano, para “países em desenvolvimento” para medidas climáticas até 2020; até 2018 tinham sido atingidos apenas 21 mil milhões de dólares em subvenção-equivalente, com a UE a representar uma fraca parte<sup>20</sup>.

### **Tratado da Carta da Energia**

A rápida eliminação progressiva dos combustíveis fósseis é uma necessidade crítica cada vez mais importante. No entanto, um obstáculo importante é o Tratado da Carta da Energia. No seu cerne está a proteção dos interesses dos investidores estrangeiros no setor da energia, através do mecanismo de Resolução de Litígios entre Investidores e Estados (ISDS). Tem sido utilizado pela indústria dos combustíveis fósseis para reclamar enormes retribuições dos governos nacionais e locais, incluindo os da Europa. Fundamentalmente, tem levado a que os países enfraqueçam a sua regulamentação relacionada com estes combustíveis bem como a sua aplicação. A UE apresentou uma iniciativa para “modernizar” o Tratado da Carta da

---

<sup>18</sup> (1) Tendo em conta a atual redução de 24%, de 1990-2019 (European Commission (2020) *EU Climate Action Progress Report*. Novembro) e (2) mantendo durante todo o período os mesmos setores que a Comissão escolheu para 2030, utilizando os mesmos setores durante o período 1990-2030, significa que a proposta da Comissão para esse período é de facto 53%, ou menos, e não 55% (CAN Europe (2020) ‘Media briefing: Comparing the current at least 40% target with the new draft 55% 2030 Climate Target as proposed by the Commission’. 15-9-20).

<sup>19</sup> Ver Andrew, R. (2020) *Global mitigation curves* (updated), e depois Raupach et al. (2014) em [https://folk.universitetetioslo.no/roberan/t/global\\_mitigation\\_curves.shtml](https://folk.universitetetioslo.no/roberan/t/global_mitigation_curves.shtml). Ver também Hausfather, Z. (2020), ‘UNEP: Net-zero pledges provide an ‘opening’ to close growing emissions ‘gap’ *Carbon Brief*, 9-12-20: <https://www.carbonbrief.org/unep-net-zero-pledges-provide-an-opening-to-close-growing-emissions-gap>

<sup>20</sup> Oxfam (2020). *Climate Finance Shadow Report 2020: Assessing Progress Towards The \$100 Billion Commitment*. out. 2020, p. 8. O relatório apresenta um intervalo entre 19 e 22,5 mil milhões de dólares; aqui assumimos a média.

Energia“; nenhuma das questões-chave aqui mencionadas é abordada, tendo as propostas sido apelidadas apenas de “cosmética”<sup>21</sup>.

### **Matérias-primas e exploração mineira**

A energia solar e eólica, bem como as baterias, e as limitações da reciclagem, exigem a extração de grandes volumes de metais e minerais; um número elevado de veículos elétricos individuais agravará o problema. Muitas das zonas mineiras encontram-se em áreas prioritárias de conservação da biodiversidade<sup>22</sup>, com um risco também substancial de propagação de doenças infecciosas de origem animal aos seres humanos (zoonoses).

Para reduzir os riscos de abastecimento, a UE concordou com a Estratégia de Matérias-Primas no âmbito do PEE, incluindo uma grande e rápida expansão da exploração mineira na Europa. Está previsto que 80% da procura europeia de lítio, principalmente para baterias, seja fornecida a nível interno até 2025<sup>23</sup>. A forma de extração de lítio na Europa, a partir de rocha, é suscetível de repetir alguns dos extensos danos causados pela exploração mineira no Sul Global, apesar do plano de investigação relativo à “exploração mineira sustentável”. A “falta de aceitação pública da exploração mineira na Europa” é reconhecida; no entanto, esta questão será abordada no âmbito da Agenda Legislativa Melhor “para acelerar e facilitar os procedimentos nos Estados-Membros”, o que parece indicar a alteração da regulamentação para a tornar mais fácil. As perspetivas internacionais sobre os recursos naturais são abordadas no Capítulo 5.

### **Agricultura**

A principal causa da forte redução da biodiversidade na Europa é a agricultura intensiva<sup>24</sup>, que é também um importante emissor líquido de gases com efeito de estufa. No entanto, a Estratégia do Prado ao Prado e a Estratégia de Biodiversidade não conseguem resolver este problema. Mais importante ainda, a PAC — responsável por 1/3 do orçamento da UE — dá um apoio efetivo a este modelo de agricultura industrial, sendo que a atual renovação desta Política, que acontece de 7 em 7 anos, seria uma oportunidade crítica para alterar esta situação. No entanto, a atual proposta não o faz.

### **Acordos comerciais internacionais**

O anúncio original do PEE indicava que a UE daria um “exemplo credível” ao mundo e asseguraria que teria efeitos que se traduziriam, por exemplo, na sua política comercial. Esta auspiciosa ambição está confrontada com um teste crucial nas atuais negociações com o

---

<sup>21</sup> ClientEarth (2020) ‘The Commission’s draft proposal for the modernisation of the Energy Charter Treaty – Legal Briefing’. 23-4-20.

<sup>22</sup> Sonter, L. *et al.* (2020) ‘Renewable energy production will exacerbate mining threats to biodiversity’. *Nature Communications*, 11, 1-9-20.

<sup>23</sup> Comissão Europeia (2020) ‘Resiliência em matérias-primas essenciais: O caminho a seguir para mais segurança e sustentabilidade’. *COM(2020) 474 final*, 3-9-20, p. 4.

<sup>24</sup> European Environment Agency (EEA) (2020) ‘State of nature in the EU’. *EEA Report*, nº 10/2020; European Court of Auditors (2020) ‘Biodiversity on farmland: CAP contribution has not halted the decline’. *Special Report*, 13/2020, 5-6-20. É claro, a desflorestação, a pesca excessiva e a expansão das cidades à custa de zonas rurais estão entre os principais fatores.

Mercosul e com a Indonésia. As duas regiões contêm uma parte considerável das florestas tropicais mais importantes do mundo, fundamentais tanto em termos de clima como da biodiversidade. A desflorestação está a ocorrer em grande escala, para dar lugar à agricultura e à exploração mineira, muitas vezes com ajuda governamental, enquanto os direitos sociais são violados em grande escala.

Os aspetos comerciais das negociações UE-Mercosul foram concluídos em julho de 2020. Um relatório encomendado pelo governo francês sobre os aspetos do desenvolvimento sustentável concluiu que se perderam grandes oportunidades para promover melhorias ambientais e de sustentabilidade eficazes na região do Mercosul e que os aspetos climáticos, ambientais e laborais acordados são, de facto, inaplicáveis<sup>25</sup>. Isto coincide com várias outras críticas aos recentes Acordos de Comércio Livre da UE<sup>26</sup>.

### **Transição justa e políticas sociais**

O PEE sublinha que a transição para a energia sustentável deve ser conseguida “assegurando que ninguém fica para trás”. O Fundo para uma Transição Justa é o meio utilizado para abordar esta questão e é composto por três partes. Em primeiro lugar, está agora previsto beneficiar de 40 mil milhões de euros de “dinheiro fresco” da UE, incluindo uma importante injeção do Instrumento de Recuperação da UE, de 30 mil milhões de euros; é composto, principalmente, por subvenções. O Fundo é afeto às regiões com a maior intensidade de emissões de gases com efeito de estufa, envolvendo a indústria e a extração de carvão, e que podem enfrentar as maiores perdas de postos de trabalho relacionadas com a transição. A Polónia, a Alemanha e a Roménia estão previstas virem a receber 44% do total<sup>27</sup>. Os fundos podem ser utilizados para investimento em PME, investigação e inovação, reabilitação ambiental, energia limpa e requalificação. Embora sem dúvida útil, isto não equivale a uma estratégia adequada para o desenvolvimento regional. Além disso, existe a medida InvestEU, que envolve empréstimos privados garantidos pela UE, bem como um novo mecanismo de empréstimo do setor público no âmbito do BEI. Tendo em conta os desequilíbrios regionais existentes e as questões de coesão, é muito pouco provável que o orçamento para o Mecanismo de Transição seja suficiente para os desafios futuros.

Para além das questões do Fundo para uma Transição Justa e das regiões específicas a que se dirige, há uma ambição muito limitada em termos sociais, com a importante questão da pobreza energética a merecer a maior atenção. A ancoragem institucional do PEE no modelo social europeu mais amplo, tal como expresso no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, permanece, na melhor das hipóteses, vaga. Na sua forma atual, este Pacto não constitui uma plataforma para levar a cabo mudanças mais fundamentais, tais como a redução do tempo de trabalho, a garantia de emprego ou o combate à pobreza no trabalho. O capítulo 3 abaixo levanta aspetos importantes de um Novo Pacto Ecológico feminista, incluindo a retribuição

---

<sup>25</sup> Relatório da Comissão Ambec para o governo francês sobre aspetos do desenvolvimento sustentável do acordo UE-Mercosul, setembro 2020. Síntese e Recomendações em inglês: [https://www.tse-fr.eu/sites/default/files/TSE/documents/syntheserecommandations\\_english\\_.pdf](https://www.tse-fr.eu/sites/default/files/TSE/documents/syntheserecommandations_english_.pdf).

<sup>26</sup>Ver Weiss, W. (2019) ‘The role of Treaty Committees in CETA and other recent EU free trade agreements’. *Foodwatch*, 28-10-19.

<sup>27</sup> [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda\\_20\\_931](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_20_931).

do trabalho relativa à prestação de cuidados, uma componente central tanto da economia como dos ecossistemas, bem como o papel das soluções de origem local impulsionadas pela comunidade. Embora, no contexto do Fundo de Recuperação, o desemprego e o trabalho precário assumam nova relevância e a requalificação seja um aspeto importante para uma transição justa<sup>28</sup>, as políticas e as instituições de trabalho existentes são muitas vezes incompatíveis com a requalificação. Através da institucionalização do PEE no Pacto de Estabilidade e Crescimento, os objetivos socio-ecológicos estão subordinados a panaceias orçamentais — embora isto esteja temporariamente suspenso no semestre correspondente à crise da Covid, apesar de as recomendações do ano passado continuarem em vigor — reproduzindo assim a narrativa de um jogo de soma nula entre direitos sociais e transformação eco-social.

### **Governança e dimensões políticas**

O PEE é, evidentemente, o tema em que mais se sente a pressão dos lóbis em Bruxelas<sup>29</sup>, sendo que as tentativas para aumentar as exigências de transparência a nível europeu não tenham feito grandes progressos nos últimos anos. A nível regulamentar, o princípio de “uma entrada, uma saída — one-in, one-out”, destinado à redução da regulamentação, continua a ser forçado, pressionado até limite, e incluído no Programa de Trabalho da Comissão para 2021; este princípio é simplesmente incompatível com avanços socio-ecológicos significativos<sup>30</sup>. O Semestre Europeu, como principal mecanismo de coordenação e disciplina dos objetivos de alterações climáticas e desenvolvimento sustentável, tem sido criticado por muitos observadores progressistas. A justiça intergeracional e a descarbonização requerem um horizonte de planeamento a longo prazo que tem de ser baseado em modelos participativos democráticos. Embora o PEE dê sugestões para o envolvimento dos cidadãos, tais como o Fórum Climático, estes não têm o alcance ou a profundidade necessária para ancorar a transição eco-social num processo legítimo e democrático, em particular no que diz respeito à coesão e convergência local e regional.

No que diz respeito à conjuntura política, o PEE já foi objeto de negociações políticas, o que não augura nada de bom para a sua implementação e gestão. O posicionamento dos “quatro frugais” (Áustria, Dinamarca, Países Baixos, Suécia e mais tarde a Finlândia) face ao Fundo de Recuperação e a questão global das obrigações europeias conjuntas levou a incluir ostensivamente no orçamento uma exigência de objetivos em matéria de alterações climáticas. A exigência de um orçamento equilibrado, porém, está em flagrante contradição com o financiamento necessário para uma TSE. Os compromissos políticos e jurídicos que a

---

<sup>28</sup> International Labour Organization (2015) ‘Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all’. [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_ent/documents/publication/wcms\\_432859.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_432859.pdf). Ver também Sabato, S; Fronteddu, B. (2020) ‘A socially just transition through the European Green Deal?’. *ETUI Working Paper*, 2020.08. <https://www.etui.org/sites/default/files/2020-09/A%20socially%20just%20transition%20through%20the%20European%20Green%20Deal-2020-web.pdf>.

<sup>29</sup> Corporate Europe Observatory (2020) ‘A Grey Deal? Fossil fuel fingerprints on the European Green Deal’. 7-7-20. <https://corporateeurope.org/en/a-grey-deal>.

<sup>30</sup> Ver também o recente e extensivo estudo de Van den Abeele, E. (2020) ‘One-in, one-out’ in the European Union legal system: a deceptive reform?’. *ETUI Working Paper*, 2020.04. <https://www.etui.org/sites/default/files/2020-06/WP-2020.04-EN-Web-version.pdf>.

UE continua a fazer com governos cada vez mais autoritários, por exemplo com a Polónia e a Hungria, que atuam de forma grosseira contra o Estado de Direito e minam objetivos climáticos ambiciosos, contribuem ainda mais para questionar a própria possibilidade de o PEE alcançar mesmo os seus objetivos mais limitados.

Isto também é relevante quando se encara o PEE numa perspetiva global, em particular com um enfoque nas relações externas da UE. Este Pacto coloca grande ênfase nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e confere grande importância ao facto de servir de exemplo para o resto do mundo sobre estes objetivos. No entanto, há um caminho considerável ainda a percorrer. A análise aprofundada do desempenho externo da UE quanto a estes Objetivos gera conclusões mordazes na sua análise dos indicadores dos ODS da UE fornecidos pelo Eurostat: “Celebra mesmo os progressos mais lentos e ignora os desafios mais prementes, incluindo a nossa pegada ecológica global e as violações dos direitos humanos nas cadeias de abastecimento europeias. Ajuda a criar uma ilusão de sustentabilidade”. A análise salienta a necessidade de se prestar muita atenção às verdadeiras questões<sup>31</sup>.

Embora ainda não se saiba como os princípios e as políticas do PEE serão implementados, geridos e controlados nos próximos anos, já é evidente que a sua aplicação poderia e deveria já estar muito mais desenvolvida. A Europa e a UE têm de fazer mais se quiserem levar a sério a transformação eco-social.

#### **Para um Novo Pacto Ecológico Europeu progressista — Propostas do EuroMemorandum**

- Desenvolver a participação democrática no PEE como uma ampla abordagem à TSE, em vez de colocar uma ênfase excessiva nos mecanismos de mercado.
- Estabelecer um objetivo climático para o período 2019-2030 de, pelo menos, 60% de redução das emissões anuais de carbono, muito superior aos 38% previstos e tomar medidas imediatas — não proteladas — em conformidade. Definir uma rota e um plano quinquenal para o efeito. Isto deverá alterar praticamente todas as propostas políticas relacionadas com o clima. Eliminar gradualmente os combustíveis fósseis rapidamente e não prolongar a utilização de gás fóssil, por exemplo, através do hidrogénio “azul”. Aumentar por um múltiplo significativo a componente de subvenção do financiamento climático para os países em desenvolvimento e arrastar o resto do mundo para fazer o mesmo. Tornar as tecnologias climáticas livremente disponíveis e prestar a devida assistência técnica.
- Se a reforma do Tratado da Carta da Energia não puder ser empreendida de uma forma que elimine o crucial ISDS, o que parece altamente provável, então organizar um recuo coletivo de todos os membros da UE, seguindo o recente exemplo da Itália, e deixar de apoiar financeiramente o seu secretariado. Dado que as disposições do tratado continuam a funcionar durante 20 anos após o recuo, encontrar uma forma imediata de abordar esta questão. Agir também para impedir a propagação ativa do Tratado da Carta da Energia a África e ao resto do Sul Global, atualmente em curso<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Heidegger, P. (2020) ‘The truth behind the EU’s sustainability illusion’. *META/EEB*, 30-9-20.

<sup>32</sup> Olivet, C. *et al.* (2020) ‘Despite controversy, the Energy Charter Treaty is silently being pushed into Africa’. *EURACTIV.com*, 13-5-20.

- Para diminuir de forma considerável o problema das matérias-primas, reduzir drasticamente as quantidades a utilizar no futuro. Por esta e outras razões, opte-se por uma perspetiva de muito baixa procura de energia no futuro, como é cada vez mais utilizada nas trajetórias climáticas, para 1,5 graus<sup>33</sup>. Isto vai na direção de uma opção mais ampla de suficiência em vez da maximização do crescimento. Incluir muito mais o resto da sociedade na elaboração das soluções a adotar e das difíceis escolhas societárias a fazer, em vez de limitar em grande parte o processo às indústrias fornecedoras de matérias-primas.
- Proporcionar uma reorientação acentuada da abordagem da UE quanto ao comércio, com todos os aspetos do desenvolvimento sustentável levados muito mais a sério. Isto é necessário para que o papel proposto pela UE no Pacto Ecológico de Líder para o mundo tenha substância.
- Retirar a proposta da PAC da anterior Comissão e substituí-la por uma que apoie efetivamente os objetivos do PEE<sup>34</sup>. Apoiar eficazmente uma grande alteração na agricultura regenerativa, incluindo a agroecologia, utilizando *inter alia* a condicionalidade de financiamento em vez de recomendações, e transferir o apoio de explorações maiores para explorações mais pequenas. Opor-se ao poderoso e bem-sucedido lóbi das grandes empresas que se batem pelo modelo de agricultura intensiva. Aproveitar a revisão da Diretiva das Energias Renováveis, em 2021, para acabar com os incentivos que levaram à destruição de florestas protegidas na Europa para fornecer biomassa de madeira para energia.
- Abandonar simplesmente a proposta de introdução da regra “uma entrada, uma saída”; é totalmente incompatível com o PEE.
- Manter e desenvolver os aspetos do desenvolvimento sustentável do Semestre Europeu e abandonar a sua proposta de regresso à austeridade através da manutenção das recomendações em vigor do ano anterior.

---

<sup>33</sup> Adotado, por exemplo, no cenário de “muito baixa procura de energia” (LED do acrónimo em inglês “Low Energy Demand”) do IPCC para permanecer perto de 1,5 graus sem a arriscada captura e armazenamento de carbono em grande escala. IPCC (2018) ‘Special Report 1.5’.

<sup>34</sup> ClientEarth (2020) ‘CAP conflict: Is the European Commission breaching its legal duties?’ *Briefing*, 8-7-20; Fortuna, G. (2020) ‘Can the EU Commission scrap its CAP plan?’. *Euractiv*, 26-11-20.



### **3 Abordagens Feministas a um Novo Pacto Ecológico e de Prestação de Cuidados**

Todas as crises têm efeitos socioeconómicos de género que resultam das diferenças na posição de mulheres e homens nos sistemas de emprego e de proteção social bem como na divisão do trabalho doméstico não remunerado e do trabalho de cuidador. No entanto, a natureza de cada crise e as políticas seguidas para as enfrentar determinam, nos seus efeitos socioeconómicos, diferenças adicionais de género.

#### **Os efeitos da crise Covid-19 em termos de género**

A atual crise económica é de natureza muito diferente das anteriores, dada a sua origem numa questão sanitária (pandemia) e a resposta política para limitar a sua propagação (confinamentos). A pandemia do coronavírus perturbou profundamente a vida económica, social e o quotidiano da população em todos os países e afetou as mulheres, de várias formas e desproporcionalmente.

Em primeiro lugar, desde o início do isolamento social, tem havido um aumento da violência masculina contra as mulheres, além da superlotação em espaços confinados; a insegurança socioeconómica aumentou a vulnerabilidade das mulheres em relação aos parceiros abusivos, aos membros da família e aos empregadores dos serviços de prestação de cuidados.

Em segundo lugar, o trabalho doméstico não remunerado e de cuidador tem aumentado acentuadamente, por uma série de razões, durante os confinamentos. As escolas e os infantários fecharam e as atividades para a terceira idade e os deficientes foram suspensas, as possibilidades limitadas de hospitalização obrigaram os doentes não-Covid-19 a permanecer em casa, os avós deixaram de estar disponíveis para cuidar dos netos e o encerramento das redes de prestação de cuidados pessoais afetou tanto os trabalhadores respetivos como os que necessitavam desses serviços, dois grupos que são esmagadoramente femininos. A amplificação da prestação de trabalho não remunerado, a nível doméstico e de prestação de cuidados, recaiu principalmente sobre os ombros das mulheres e exacerbou os problemas de equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal das que trabalham ainda fora de casa e também das que trabalham remotamente a partir de casa.

Em terceiro lugar, as trabalhadoras têm estado mais expostas à Covid-19, a maior intensidade de trabalho e a mais horas de trabalho, pois a maioria das suas tarefas é em serviços essenciais da linha da frente (cuidados de saúde, cuidados pessoais, fornecimento de alimentos e medicamentos, limpeza, etc.), que mais requerem presença física e contacto social.

Em quarto lugar, a insuficiência de pessoal e a falta de equipamento de proteção nas instituições de terceira idade afetaram um vasto número de pessoas idosas, a maioria das quais são mulheres.

Em quinto lugar, as mulheres foram ligeiramente mais afetadas do que os homens pela crise no que respeita ao emprego.

Ao contrário de crises anteriores, em que os setores da construção e da indústria, nos quais predominam os homens, foram os primeiros a ser atingidos, a pandemia causou danos consideráveis nos setores de serviços em que predominam as mulheres (comércio grossista/retalista, serviços de alojamento e alimentação, serviços pessoais e serviços às famílias). Além disso, a grande percentagem de perdas de empregos temporários, ocasionais e informais e a sobre representação das mulheres neste tipo de emprego tornaram-nas mais vulneráveis e dificultaram o seu acesso em pé de igualdade a um novo emprego e às medidas de proteção de rendimento implementadas em todos os países da UE. Por exemplo, em muitos países, os trabalhadores domésticos, trabalhadores sazonais, trabalhadores a tempo parcial, ou empregados precários, a maioria dos quais são mulheres, não tiveram acesso a esquemas de redução do tempo de trabalho e a medidas de licença temporária. Finalmente, as mulheres têm sido as principais vítimas do colapso do recrutamento em setores com atividade sazonal, como o turismo. Isto ajuda a explicar a recuperação muito fraca do emprego feminino no terceiro trimestre de 2020 após a eliminação das restrições de confinamento e quando até o PIB aumentou 11,5% na UE-27.

De facto, os dados do inquérito EU-LFS mostram que o emprego total masculino e feminino na UE-27 contraiu, aproximadamente, à mesma taxa (2,9% e 2,8% respetivamente) durante a fase inicial de alternância de confinamento e desconfinamento, enquanto o emprego masculino aumentou mais rapidamente do que o feminino (1,4% contra 0,8%) durante a retoma da atividade económica, no terceiro trimestre de 2020, em todos os Estados-Membros da UE. Além disso, na totalidade da UE-27, o desemprego feminino diminuiu 4,8%, enquanto o masculino aumentou 2,6% durante a fase inicial da crise da Covid-19, mas aumentou mais rapidamente que o desemprego masculino (20,5% contra 10,1%) no terceiro trimestre de 2020. Os efeitos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho, em termos de género, como acabam de ser descritos, apontam, a médio prazo, para o risco de escassas oportunidades de recrutamento que as mulheres poderão enfrentar quando a crise terminar. Isto pode levar a um aumento da taxa de desemprego feminino e da respetiva disparidade de género.

### **Política e iniciativas da UE**

No início de março de 2020, a Comissão Europeia publicou a sua nova Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025<sup>35</sup> que melhora a estratégia anterior, reforçando a ação da UE e o financiamento de medidas de combate à violência de género e colmatando a lacuna na prestação de cuidados na Europa. Relativamente a esta última, para além de instar os Estados-Membros da UE a fixarem-se acima das normas mínimas da Diretiva de 2019, relativa ao equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada, no que diz respeito às licenças familiares e às disposições de trabalho flexíveis para os trabalhadores, a Estratégia incluiu a adoção da proposta da Comissão relativa à Garantia Crianças Vulneráveis, em 2021, e a revisão das metas de Barcelona sobre as taxas de cobertura dos cuidados infantis, bem como prometeu aos Estados-Membros da UE o apoio dos Fundos Europeus de Recuperação para investimentos na educação da primeira infância e em serviços de prestação de cuidados de longa duração.

---

<sup>35</sup> Ver <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0152&from=EN>.

Alguns meses antes, a nova proposta da Comissão sobre o PEE tinha desencadeado um debate importante em torno das prioridades políticas necessárias para enfrentar a crise climática global<sup>36</sup>. Os críticos feministas e os defensores da justiça climática apresentaram aí uma perspectiva feminista e interseccional. Ao mesmo tempo, importantes atores da sociedade civil, como o Lobby Europeu das Mulheres, aproveitaram a oportunidade para propor um acordo sobre a prestação de cuidados na Europa, baseado numa agenda económica feminista a favor de uma “economia do cuidado”, elaborada durante e após a crise financeira global de 2008<sup>37</sup>.

A pandemia deu um novo impulso às abordagens feministas sobre o desenvolvimento económico, que são ainda mais oportunas após o recente acordo interinstitucional sobre o orçamento da UE para os próximos sete anos, incluindo o QFP 2021-2027 e o novo instrumento financeiro Próxima Geração UE, que têm por objetivo apoiar os Estados-Membros numa recuperação ambiciosa, sustentável e inclusiva da crise da Covid-19. O acordo prevê incluir a perspectiva do género e a orçamentação sensível ao género como prioridade horizontal do QFP e do instrumento financeiro Próxima Geração UE, na sequência do pedido do Parlamento Europeu<sup>38</sup>. Contudo, estes instrumentos deverão ser implementados a partir de 2023, o mais tardar, e não em todos os programas, mas apenas nos programas “geridos centralmente”.

### **A necessidade de um acordo de prestação de cuidados**

As economistas feministas sempre insistiram na centralidade da prestação de cuidados para a reprodução social, mas também na propagação das desigualdades de género, uma vez que os cuidados são principalmente prestados por mulheres. Estas economistas sublinharam o imenso valor social do trabalho do cuidador, profissional ou não, e defenderam o desenvolvimento de serviços de assistência social para permitir que as mulheres se envolvam em trabalho remunerado em condições de igualdade com os homens.

A pandemia colocou a questão da prestação de cuidados no topo das prioridades da sociedade ao sensibilizar o público para a importância dos sistemas públicos de saúde na garantia do direito dos cidadãos aos cuidados de saúde. Tornou igualmente visível o vasto âmbito da prestação de cuidados, que inclui os cuidados sociais e pessoais, os cuidados de educação e os cuidados de saúde, abrangendo todos aqueles que se encontram em estado de dependência e necessitam de assistência: crianças, idosos frágeis e deficientes, além das vítimas de violência, dos sem-abrigo, dos toxicodependentes, dos refugiados, etc. Além disso, trouxe para o primeiro plano o papel predominante desempenhado pelas mulheres na reprodução social, tanto por serem os principais cuidadores informais como também por constituírem a esmagadora maioria dos cuidadores profissionais e dos empregados nos setores da saúde, da educação e dos cuidados sociais. Por último, mas não menos importante, a pandemia revelou novamente que o trabalho do cuidador é subvalorizado. As condições de

---

<sup>36</sup> Ver [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/european-green-deal-communication\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/european-green-deal-communication_en.pdf).

<sup>37</sup> A agenda foi elaborada por um importante painel de economistas (D. Elson, R.E. Pearson, N. Fraser, I. Illkaran et al.) <https://womenlobby.org/Purple-Pact-It-s-Time-for-a-Feminist-approach-to-the-Economy>.

<sup>38</sup> Ver Parlamento Europeu (2020) ‘Resolução do Parlamento Europeu sobre as conclusões da reunião extraordinária do Conselho Europeu de 17-21 de julho de 2020’. 2020/2732(RSP).

trabalho e o estatuto dos cuidadores são frequentemente desiguais e os salários são baixos, além de existirem situações que resultam da interseção da questão de género com outras formas de desigualdade e de desvantagem. O sector formal da saúde e a prestação de cuidados pessoais a idosos e deficientes dependem predominantemente de trabalhadoras com o estatuto de emprego precário, que trabalham informalmente ou que são imigrantes recentes, migrantes, refugiados ou membros de minorias étnicas.

A pandemia reforçou, assim, a relevância de uma agenda económica feminista que apela a um forte investimento público na saúde, na educação e na prestação de cuidados sociais. Isto promoveria uma recuperação enriquecida em termos de sustentabilidade e em empregos e, em última análise, levaria a uma mudança paradigmática no sentido de uma “economia do cuidado”. Esta poderia ser definida como uma economia em que: (i) o acesso a cuidados de alta qualidade em todas as idades é considerado um direito social universal e não um bem de mercado ou uma responsabilidade privada e familiar; (ii) a prestação de cuidados e o trabalho do cuidador são valorizados pela sociedade; e (iii) os cuidadores gozam de condições de emprego e de trabalho decentes e justas e são tratados de forma igualitária.

### **Um Novo Pacto Ecológico para a Europa: uma perspetiva feminista**

A crise climática emergiu de dimensões interligadas do capitalismo (por exemplo, extração de recursos, exploração laboral, mercantilização da natureza, imperialismo e militarismo). Tem raízes históricas na exploração de pessoas escravizadas<sup>39</sup> cujo trabalho contribuiu para a criação de riqueza no Norte Global e que se reflete no racismo sistémico contínuo que aprofunda e institucionaliza a iniquidade global.

Para abordar as causas profundas, bem como o alcance e a escala da crise climática (e da Covid-19), um Novo Pacto Ecológico (NPE) radical deve ter uma abordagem transversal, firme nos princípios feministas e empenhar-se em combater as opressões históricas. Há necessidade de uma transformação concebida a partir da base, com menção específica dos grupos sociais visados (tais como minorias étnicas e raciais, mulheres, migrantes, pessoas LGBTQI, jovens, idosos, deficientes, etc.) para assegurar uma participação significativa destes grupos. Esta ausência de envolvimento inclusivo da sociedade civil poderia explicar, em parte, a pouca visibilidade das questões de género nos planos atuais dos acordos ecológicos.

Muitas propostas defendem a descentralização e o controlo democrático das economias locais. Apela a novas formas de propriedade sob a forma de cooperativas, empresas possuídas pelo trabalhador/comunidade, empresas públicas/municipais e muito mais. Estas mudanças poderiam beneficiar as mulheres, aumentando a participação e o poder feminino nos processos de tomada de decisão e incorporando a igualdade de género desde o início. Para assegurar o melhor acesso possível, estas mudanças teriam de ser acompanhadas da prestação de apoio à participação (por exemplo, cuidados infantis, espaços acessíveis, serviços de cuidados prolongados).

---

<sup>39</sup> Mezzadri, A. (2019) ‘On the value of social reproduction: Informal labour, the Majority World and the Need for Inclusive Theories and Politics’. *Radical Philosophy*, 2(4), pp. 33–41.

Há um envolvimento crescente da economia feminista na elaboração de um NPE que irá reformar as economias nacionais, reduzindo simultaneamente de forma drástica, as emissões de CO<sub>2</sub>. Como resultado dos esforços das ambientalistas feministas, há também um escrutínio crescente sobre a forma como um NPE poderia ser benéfico para uma maior justiça de género se os objetivos ambientais feministas fossem incorporados.

Dois princípios são relevantes para um quadro económico analítico eco-feminista<sup>40</sup>:

1. Reconhecer o trabalho dos cuidadores informais ou não como componente central, tanto da economia como dos ecossistemas;
2. Reduzir os custos sociais e ecológicos da reprodução social privatizada, distribuindo-os equitativamente na sociedade e organizando-a de forma a permitir uma utilização eficiente do tempo e dos recursos materiais e com o mínimo desperdício.

A economia ecológica feminista reconhece as interligações entre a exploração do trabalho das cuidadoras e a exploração dos recursos da Terra<sup>41</sup>. Considera a emergência ecológica/climática e a crise da reprodução social (muitas vezes referida simplesmente como prestação de cuidados)<sup>42</sup> interligadas e mutuamente sustentadas, resultantes da sobrecarga daqueles que têm responsabilidades na reprodução social — a grande maioria dos quais são mulheres — que também suportam cada vez mais os custos da crise ecológica e das medidas para a corrigir.

O desempenho das cuidadoras informais e o trabalho doméstico realizado por mulheres em agregados familiares individuais não constituem apenas um *subsídio gratuito* que permite um crescimento capitalista contínuo nos países ricos, facilitam também uma cultura de consumo que é amplamente reconhecida como tendo excedido os limites biofísicos de um planeta finito<sup>43</sup>. A centralidade do trabalho doméstico na criação de valor no capitalismo foi o principal objeto de investigação no livro de Leopoldina Fortunati, *The Arcane of Reproduction* (1981), no qual a autora considera a disjunção entre a produção e a reprodução social como uma ficção capitalista. No capitalismo, a produção é e configura-se como sendo criadora de valor. A reprodução é tomada como o reino do “não-valor”. Esta ficção empola a produtividade (masculina), uma vez que muitas atividades em que se baseia permanecem não remuneradas (Fortunati 1981: 10). Como trabalhadores “livres” no capitalismo, os indivíduos são despojados de todo o valor, exceto o da força de trabalho, que é tanto a mercadoria “contida” no trabalhador como a medida do valor de todas as “coisas” produzidas. A presença conflituosa do valor e não-valor começa em cada indivíduo, mas apenas os trabalhadores

---

<sup>40</sup> Baseando-se assim sobre a estrutura dos 3R de Diane Elson. Veja-se Elson, D. (2017) ‘Recognize, reduce, and redistribute unpaid care work’. *New Labor Forum*, 26(2), 52–61.

<sup>41</sup> Em setembro de 2019, uma coligação de ativistas dos direitos das mulheres e do clima nos EUA, incluindo a WEDO (Women’s Environment and Development Organization), lançou uma Agenda Feminista para um Novo Pacto Ecológico (ver abaixo). Muito recentemente, o Women’s Budget Group apresentou um Novo Pacto Ecológico Feminista para o Reino Unido, disponível em: <https://wbg.org.uk/wp-content/uploads/2020/05/Feminist-Green-New-Deal.pdf>.

<sup>42</sup> Para uma definição abrangente dos cuidados, que inclui tanto o trabalho remunerado como o não remunerado e os explica como fundamentais para os sistemas económicos, sociais e políticos, veja-se Tronto, J. (2013) *Caring Democracy: Markets, Equality and Justice*. NYU Press.

<sup>43</sup> Veja-se o recente Barca, S. (2020) *Forces of Reproduction*. Cambridge University Press.

assalariados associados à produção veem o seu valor reconhecido. Aos trabalhadores da reprodução social — mulheres e grupos subalternos — é negado o reconhecimento, sendo o respetivo tempo de trabalho concebido como um serviço pessoal “oferecido” (ou pago, quando comercializado) numa relação social de troca privada<sup>44</sup>.

Assim, é inteiramente possível criar uma economia pós-carbono e, ao mesmo tempo, nada fazer para resolver a divisão injusta do trabalho de reprodução social entre homens e mulheres no seio da família.

Pelo contrário, para abordar a desigualdade social, os planos para um NPE radical precisam de ser explicitamente focados nas implicações que possam advir de qualquer proposta política em termos de género. Por exemplo, numa cidade sem carros, como é que um NPE irá abordar o aumento do tempo e do trabalho agora envolvidos nas compras familiares? Quem irá lavar os copos e as fraldas quando o plástico já não oferecer a comodidade dos descartáveis? Perguntas como estas devem ser respondidas de uma forma que promova a igualdade de género em vez de aumentar a quota-parte de trabalho e as responsabilidades das mulheres.

Os planos do NPE não fazem atualmente esta interligação, concentrando-se antes em como tornar as casas particulares mais eficientes em termos energéticos e como conseguir que os indivíduos se envolvam em práticas sustentáveis, tais como a conservação de água e energia e a reciclagem de resíduos. Não se leva em conta como as tarefas da vida quotidiana se poderiam tornar mais eficientes em termos de recursos ou como os espaços de vida poderiam ser concebidos para maximizar a ecoeficiência, reduzindo, ao mesmo tempo, o tempo necessário para levar a cabo essas tarefas. Embora a transição para uma economia descarbonizada ofereça um grande potencial para repensar uma vasta gama de características normalizadas da vida quotidiana, os conhecimentos de arquitetas feministas, urbanistas feministas e planeadoras feministas de transportes ainda não encontraram a forma de se posicionarem nos planos existentes do NPE.

### **Propostas do EuroMemorandum para um Novo Pacto Ecológico Feminista**

Todos os membros do mundo académico e da sociedade civil são encorajados a contribuir para um NPE baseado em princípios feministas. Importantes princípios e propostas foram apresentados em várias declarações recentes, incluindo na Agenda Feminista para um Novo Pacto Ecológico. Na nossa opinião, deve ser dada particular ênfase às seguintes questões:

- **Reconhecer que não existe tal coisa como a política climática nacional.** Mais do que nunca, temos de compreender as ligações entre a política interna e externa. Só podemos evitar a catástrofe climática se a UE trabalhar com o resto do mundo para mitigar as alterações climáticas e fazer avançar uma política externa feminista que sirva as pessoas e as suas comunidades e não seja cooptada por agendas empresariais, militarizadas ou exploradoras.
- **Defrontar padrões de produção não sustentáveis e exploradores.** As raízes da crise climática estão num sistema económico que encoraja a ganância empresarial, a produção

---

<sup>44</sup> Mezzadri, A. (2020) ‘A value theory of inclusion: Informal labour, the homemaker, and the social reproduction of value’. *Antipode*. <https://doi.org/10.1111/anti.12701>.

não sustentável e a procura de lucro acima do bem-estar das pessoas e do planeta. Esta busca incessante do crescimento material dá poder às indústrias de combustíveis fósseis, de exploração mineira, bem como às indústrias poluidoras mais responsáveis pelas alterações climáticas. O combate a estas tendências requer uma cidadania empenhada nas mudanças climáticas, na criação de movimentos de cidadania, na educação pública e na organização dos trabalhadores. Ao discutir os limites ecológicos dos padrões de produção capitalistas, há, de facto, a necessidade de discutir medidas como o Rendimento Básico Universal, Serviço Básico Universal e Infra-estrutura Básica Universal. O Rendimento Básico Universal afirma propiciar novas vias para a subsistência. Mas a medida Infra-estrutura Básica Universal é uma proposta que visa retirar a satisfação de certas necessidades da esfera das mercadorias, providenciando-as gratuitamente a qualquer pessoa que precise ou as deseje: habitação social a renda zero, refeições gratuitas para famílias em insegurança alimentar, esquemas de passes de autocarro gratuitos para pessoas de todas as idades e licenças de telefone, internet e televisão gratuitas para todos<sup>45</sup>.

- **Criar economias regenerativas que deem prioridade a alternativas sistémicas e feministas.** Uma transição justa deve abordar as desigualdades de poder e de riqueza enquanto se faz a transição dos combustíveis fósseis para as energias renováveis. Isto significa transformar um *status quo* injusto das indústrias extrativas em novas economias socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, que respeitem e equilibrem a capacidade regenerativa da natureza. Temos de passar da privatização e mercantilização da natureza para uma produção e utilização sustentável e equitativa dos recursos. Isto inclui a compreensão de que o PIB é um indicador económico insuficiente e pernicioso, sendo necessárias alternativas que mensurem a qualidade de vida e o bem-estar, mais do que a produção. A economia feminista mostra ainda mais, mostra que as mulheres em todo o mundo realizam desde há muito trabalhos desproporcionais, como o trabalho doméstico, a educação dos filhos e o trabalho de cuidar dos mais velhos. Este trabalho é quase sempre não remunerado, subvalorizado e invisível nas políticas económicas e sociais a todos os níveis. A nossa sociedade é construída e dependente da prestação de cuidados, sendo este trabalho um trabalho valioso, de baixo consumo em carbono e baseado na comunidade, o qual deve ser revalorizado e colocado no centro da nossa nova economia.
- **Utilizar a reconstrução económica e social no pós pandemia da Covid-19 para promover a “economia do cuidado”:** a “economia do cuidado” é parte integrante de uma alternativa progressista para a transformação socio-ecológica da Europa, que reconhece: (a) a importância da prestação de cuidados nas sociedades europeias e o direito dos cidadãos a cuidarem dos outros e a serem cuidados; (b) a necessidade de reavaliar o trabalho dos cuidadores e aumentar os salários relativos dos trabalhadores de serviços essenciais; (c) a importância da partilha equitativa, entre mulheres e homens, do trabalho dos cuidadores informais; (d) a necessidade de os planos nacionais de recuperação de todos os países da UE incluírem não só um investimento público substancial para

---

<sup>45</sup> Lombardozi, L.; Pitts, F. H. (2019) ‘Social form, social reproduction and social policy: basic income, basic services, basic infrastructure’. *Capital and Class*, 44(4), 573-594. <https://doi.org/10.1177/0309816819873323>.

promover uma “economia verde” como também um investimento social extensivo na “economia do cuidado” para combater o défice de cuidados das sociedades em envelhecimento, reforçar o Estado-Providência contra futuras crises de saúde e promover a igualdade de género.

Em resumo, a agenda feminista sobre um Novo Pacto Ecológico e de Prestação de Cuidados converge ao colocar a reprodução social, a valorização da prestação de cuidados, o trabalho decente na prestação de cuidados e a igualdade de género no centro da TSE dos países da UE.



## 4 Reconstruir a Economia Europeia: Política Industrial, Transição Ecológica e Sistemas de Saúde

A pandemia da Covid-19 está a ter um grande impacto estrutural nas economias europeias, enfraquecendo as capacidades de produção, aumentando as disparidades entre países e regiões e retardando a transição ecológica.

Estes efeitos têm sido largamente ignorados pela UE e pelos Estados-Membros na abordagem da crise atual. Os critérios para a atribuição dos fundos da Próxima Geração UE incluem requisitos para investimento e projetos ecológicos, mas terão apenas lugar durante 2021, e desde que os países tenham posto em prática o Plano de Recuperação e Resiliência nacional e os procedimentos da UE tenham sido aprovados. O PEE disponibiliza alguns recursos para financiar a transição ecológica, mas a interligação com o desafio de reconstrução das economias após a pandemia está ainda pouco limada. Mesmo os fundos do BEI destinados a apoiar projetos de investimento parecem não estar ligados a qualquer condicionalidade em termos da sua contribuição para a emergência de novas capacidades de produção “mais verdes”. Outras políticas da UE — a oferta de moeda e crédito, fundos como o MEE, o SURE ou o Fundo de Coesão — ignoram os desafios estruturais enfrentados pelas economias europeias após a Covid-19. De facto, a suspensão temporária da proibição de auxílios estatais às empresas para 2020 e (espera-se) para 2021 foi a principal ação da UE que criou um espaço político importante para os governos nacionais naquele sentido. No entanto, os efeitos têm sido fortemente assimétricos: nos primeiros meses da crise, 52% dos recursos autorizados pela Comissão foram utilizados na Alemanha, em comparação com 17% em França e Itália. O sistema de produção alemão encontra-se assim apoiado pelo financiamento público muito mais do que o de outros países.

Quando analisamos as políticas nacionais para responder à crise pandémica, encontramos padrões bastante diferenciados. Os principais países combinaram medidas macroeconómicas e de apoio ao rendimento com ações importantes no domínio das prioridades industriais e ambientais. A maioria dos outros países limitaram-se ao apoio de emergência aos rendimentos familiares e às empresas.

A Alemanha há muito que planeou importantes investimentos na sustentabilidade do sistema de produção e das energias renováveis (relançamento do programa *Energiewende*), que desenvolveu uma estratégia para setores de alta tecnologia (*New High-Tech Strategy Innovations for Germany*) e definiu uma estratégia à escala europeia para a indústria automóvel, com apoios até 5,9 mil milhões de euros<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> <https://www.dw.com/en/germany-to-pump-additional-3billion-in-ailing-automotive-industry/a-55641102>; <https://www.bloombergquint.com/business/germany-s-embattled-auto-industry-looks-to-merkel-for-a-restart>; <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-10-09/germany-mounts-car-sales-comeback-powered-by-electric-models>.

Em fevereiro de 2020, o governo francês apresentou o documento *Faire de la France une économie de rupture technologique*<sup>47</sup> relativo às áreas prioritárias de investigação, visando uma maior “soberania tecnológica” da França, apoiada por substanciais fundos públicos; em maio de 2020, o *Plan de soutien à l'automobile*. *Pour une industrie verte et compétitive* foi também publicado, prevendo a combinação de recursos privados e públicos com o objetivo de fazer da França o principal fabricante de automóveis elétricos.

Em 2019, o Reino Unido lançou uma estratégia industrial baseada em quatro “grandes desafios” (inteligência artificial e dados, envelhecimento da sociedade, crescimento verde e o futuro da mobilidade) para colocar o país na linha da frente nestas áreas. Além disso, como resposta à pandemia, o Reino Unido lançou, em novembro de 2020, um novo plano climático e energético que inclui o objetivo de cancelar o registo de novos automóveis com motores de combustão interna (diesel ou gasolina) até 2030 (não é claro se os automóveis híbridos também serão proibidos; os automóveis mais antigos ainda seriam autorizados a circular). Tais políticas visam direcionar o investimento privado para os veículos elétricos e sistemas de mobilidade alternativos.

Inversamente, a Itália apostou numa política de subsídios generalizados às empresas, independentemente do impacto da crise Covid-19 sobre as mesmas, e tem permitido às grandes empresas — incluindo a FCA (antiga FIAT), que se fundiu com a Peugeot e deu origem à Stellantis — grandes empréstimos garantidos pelo Estado, assim como benefícios fiscais, sem quaisquer condicionalidades em termos de I&D e compromissos de investimento, de transição ecológica ou de proteção do emprego.

A Espanha seguiu o modelo italiano de subsídios às empresas e setores particularmente atingidos pela pandemia, como o turismo, com programas públicos adicionais para infraestruturas e comércio eletrónico; a novidade mais importante do governo de centro-esquerda, em Madrid, foi a decisão de promover políticas de tributação mais progressiva dos rendimentos elevados, dos dividendos das empresas e das mais-valias, dos arrendamentos imobiliários e de aumentar em 1% o imposto sobre as fortunas individuais acima dos 10 milhões de euros.

A maioria dos outros países europeus introduziram medidas gerais de apoio às empresas, sem uma forte incidência na política industrial. Por exemplo, nos países da UE da Europa Central e Oriental, a queda da procura e da produção na indústria automóvel não foi enfrentada com grandes medidas de política industrial<sup>48</sup>.

Neste contexto, os efeitos assimétricos da pandemia — atingindo as economias e as regiões mais fracas do que as mais fortes — serão provavelmente amplificados pelas respostas políticas assimétricas, com os países europeus “centrais” mais ativos na sustentação e reorientação dos seus sistemas de produção.

---

<sup>47</sup> <https://www.economie.gouv.fr/remise-rapport-faire-france-economie-rupture-technologique#>.

<sup>48</sup> <https://uk.reuters.com/article/us-easteurope-economy-automotive-analysis-idUKKCN24V0QT>.

## **Rumo a políticas industriais progressistas — propostas do EuroMemorandum**

A polarização, a transição ecológica, a importância dos sistemas de saúde e o papel da indústria de armamento são áreas-chave a considerar nas respostas políticas atuais e no avanço de propostas alternativas.

**Polarização.** Desde a crise de 2008, a divergência entre modelos económicos na Europa aumentou; a Alemanha e as economias da Europa de Leste recuperaram rapidamente dessa recessão, enquanto a Europa do Sul e a França ficaram para trás. A estrutura produtiva do continente polarizou-se entre um “centro” — a Alemanha e as economias que gravitam em torno do seu sistema industrial — e uma “periferia” que inclui, por um lado, a Itália, a Espanha, a Grécia e Portugal, todos estes países com graves perdas de produção e, por outro lado, os países de Leste que estão a expandir as suas atividades de subcontratação para a economia alemã. Um possível resultado da pandemia é uma maior concentração nas principais indústrias e maiores disparidades entre países e regiões europeias, acelerando a tendência acima referida. Os sistemas de produção europeus devem seguir outro caminho; as políticas de combate à crise pandémica devem incluir uma política industrial à escala europeia, apoiando um novo processo de convergência entre países e regiões em termos de atividades económicas e rendimentos.

**O Pacto Ecológico Europeu.** As secções 2 e 3 acima já documentaram o conteúdo e as deficiências do PEE. Uma questão adicional a salientar é a sua falta de ligação com a necessidade de uma mudança mais ampla nos sistemas de produção da Europa e com as políticas industriais em curso. Por um lado, este Pacto mostra uma confiança contínua nas soluções de mercado para os problemas ambientais. Por outro lado, quando são consideradas medidas dos Estados-Membros da UE para enfrentar a pandemia, prevê-se que apenas 3% de todos os fundos disponibilizados pelos governos europeus estejam de acordo com as necessidades da transição ecológica. Deveria ser prevista uma integração muito mais estreita entre as medidas macroeconómicas de apoio às empresas e ao investimento, as medidas de política industrial e a agenda do PEE.

**Saúde e bem-estar.** A pandemia da Covid-19 demonstrou a importância, na Europa, de sistemas públicos de saúde bem desenvolvidos, baseados numa visão da saúde como um direito individual e social, protegido pelo acesso a serviços públicos universais. Os efeitos negativos das políticas que enfraqueceram os sistemas públicos de saúde e favoreceram a privatização tornaram-se evidentes durante a pandemia, resultando na propagação descontrolada de contágios, na fraca capacidade de prevenção e de rastreio de contactos, na incapacidade de prestar cuidados domiciliários e hospitalares adequados e num maior número de mortes. Um sistema público de saúde mais forte e mais adequado deveria tornar-se uma prioridade para as políticas industriais europeias e nacionais, considerando toda a cadeia de produção do sistema de saúde, desde a investigação à produção de medicamentos e dispositivos médicos até à prestação de serviços de saúde. O objetivo deveria ser a expansão de uma vasta gama de atividades relacionadas — prevenção, tratamento, estruturas territoriais, hospitais, equipamento eletro-médico, produtos farmacêuticos, investigação biomédica, robótica de diagnóstico e cirurgia, digitalização de dados de saúde num sistema público, etc. Muitos países europeus já possuem pontos fortes importantes nestes domínios.

Com base nestas competências, o sistema de saúde poderia tornar-se uma importante área de expansão para atividades económicas e sociais, impulsionada pela procura pública, visando expandir a qualidade da saúde pública universal e reduzir as atuais desigualdades em termos de saúde e esperança de vida. Uma maior cooperação europeia nos setores da saúde não só reduziria os custos para cada país (por exemplo, aumentando o poder de negociação das economias mais pequenas, através de economias de escala na produção e distribuição) como daria um contributo significativo para a solidariedade da UE. Finalmente, a ligação entre o financiamento e a prestação de serviços de saúde precisa de ser escrutinada e os padrões de privatização invertidos quando necessário.

**Uma Europa militar-industrial?** Nos últimos anos, a dimensão militar da política europeia tem crescido de forma perigosa. Em 2019, pela primeira vez, o orçamento da UE incluiu despesas para investigação e produção militar. O Programa Europeu de Investigação em Defesa beneficia de 500 milhões de euros por ano para a investigação em armamento; o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no Domínio da Defesa beneficia de mil milhões de euros por ano para projetos tecnológicos relacionados com a aquisição de armas, enquanto se prevê que os Estados-Membros forneçam financiamento adicional para tais iniciativas. Embora este seja um montante modesto em comparação com os orçamentos militares dos principais países (cerca de 50 mil milhões de euros em França e na Alemanha), o seu foco, centrado na investigação e na inovação, pode ter um efeito substancial nas tecnologias militares e é provável que desvie recursos financeiros escassos das necessidades das economias europeias de inovar no sentido de um crescimento inclusivo e da sustentabilidade ambiental.

A cooperação entre a França e a Alemanha tem estado no centro do aumento da produção militar europeia, pelo menos desde a chegada de Emmanuel Macron à presidência francesa. Em 2017, foram lançados oito projetos franco-alemães, que vão desde tanques a um novo avião de combate, com planos conjuntos de I&D, produção e aquisições. Mas as discordâncias sobre o controlo das tecnologias a desenvolver e as diferenças institucionais têm atrasado os projetos<sup>49</sup>.

Considerar a I&D militar e a produção de armas como uma prioridade na sequência da pandemia seria um grande erro para a Europa. Aproximaria a Europa do modelo americano do complexo militar-industrial, um modelo altamente inapropriado e ineficaz para a Europa. De facto, no final dos anos de 1980, esta alternativa política já se tinha apresentado, na altura da Nova Guerra Fria e do programa Guerra das Estrelas dos EUA, anunciada como um sinal da superioridade dos EUA em tecnologias avançadas. A Europa respondeu com os programas civis *Eureka* e *Esprit* que reforçaram a cooperação entre empresas e governos em áreas selecionadas de alta tecnologia civil e estiveram na base da política de investigação e inovação da Europa, desde os Programas-Quadro até ao programa Horizonte Europa.

---

<sup>49</sup> Ver <https://eu2019.fi/en/backgrounders/security-and-defence-mff> e [https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/11/17/la-crise-dans-la-cooperation-industrielle-franco-allemande-pourrait-devenir-une-crise-de-l-integration-europeenne\\_6060006\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/11/17/la-crise-dans-la-cooperation-industrielle-franco-allemande-pourrait-devenir-une-crise-de-l-integration-europeenne_6060006_3232.html).

**Alterar o modelo da Europa.** Poderão os governos europeus desenvolver um novo plano de ação ambicioso em matéria de política industrial? Somos céticos quanto a esta possibilidade, mas devemos salientar a rapidez com que novas ações em matéria de política industrial têm vindo a surgir na Europa. O relatório EuroMemorandum de 2014<sup>50</sup> propôs uma política industrial europeia e defendeu isso mesmo: “As atividades específicas que poderiam ser visadas incluem: (a) a proteção do ambiente e a promoção das energias renováveis; (b) a produção e a divulgação de conhecimentos, aplicações das Tecnologia de Informação e Comunicação e atividades baseadas na Web; (c) saúde, bem-estar e atividades de prestação de cuidados; (d) o apoio a iniciativas para soluções social e ecologicamente sustentáveis para os problemas da alimentação, mobilidade, construção, energia, água e resíduos” (p. 45).

A política da UE assumiu agora, literalmente, estas mesmas atividades como prioridades do PEE e da Próxima Geração UE. São mobilizados elevados fundos para investimento público pelo BEI, com base no “Plano Juncker” e no Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos que apoiou projetos no valor de 500 mil milhões de euros durante vários anos até 2020. A proibição de auxílios estatais foi temporariamente levantada. A oportunidade para uma política industrial europeia está de facto a surgir e tem de se tornar uma peça-chave de debate político a nível europeu e nacional.

A política industrial de que precisamos deve ter uma visão ampla de uma trajetória alternativa de desenvolvimento para a Europa, com os objetivos de assegurar a convergência entre países e regiões, evitar o aumento da produção militar, conceder mais proteção e voz aos trabalhadores e sindicatos, concentrar-se na transição ecológica e expandir os serviços públicos, especialmente no domínio da saúde. Os instrumentos que podem ser utilizados — pelos governos nacionais e instituições europeias — incluem ações diretas, tais como investimento público, participação pública nas empresas com o objetivo de proteger as atividades existentes e de criar capacidades em domínios prioritários bem como a expansão dos serviços públicos. A orientação para as decisões de investimento e produção das empresas é igualmente importante. Além disso, no que se refere à “oferta”, a política industrial pode oferecer incentivos, tratamento fiscal favorável e créditos garantidos pelo Estado a empresas privadas empenhadas na inovação e investimento a longo prazo nas áreas prioritárias acima descritas. Do lado da “procura”, a contratação pública de novos bens e serviços poderia criar novos mercados para as empresas que operam nestes domínios. Uma política industrial deste tipo poderia integrar eficazmente as novas políticas monetárias e orçamentais que surgiram tardiamente na Europa, assegurando que os novos recursos sejam efetivamente utilizados para uma reconstrução sustentável e equitativa das economias europeias após a pandemia.

---

<sup>50</sup> [http://www.euromemo.eu/euromemorandum/euromemorandum\\_2014/index.html](http://www.euromemo.eu/euromemorandum/euromemorandum_2014/index.html).

## 5 A Dimensão Internacional da Transformação Socio-Ecológica

Entre as seis grandes ambições que a atual Presidente da Comissão Europeia apresentou no início do seu mandato, as três seguintes são de especial interesse: um PEE, Proteger do Modo de Vida Europeu e Uma Europa Mais Forte no Mundo<sup>51</sup>. A primeira visa lidar com o aquecimento global e a perda da biodiversidade, mas não ataca as causas profundas. As prioridades de Von der Leyen quanto à última referem-se ao “comércio livre e justo”, a “um papel mais ativo”, reivindicando uma “liderança europeia” (embora a “trabalhar lado a lado com os nossos vizinhos”, África, Grã-Bretanha e Balcãs Ocidentais), e à “defesa da Europa”, centrando-se na NATO como “pedra angular da defesa coletiva da Europa” e na União Europeia de Defesa, postulando “uma abordagem integrada e global da nossa segurança”. Estas ambições visam a continuação das hierarquias globais e sociais existentes<sup>52</sup>, a fim de manter o desequilíbrio existente no acesso e utilização dos recursos globais. Von der Leyen afirmou: “A minha Comissão será uma Comissão geopolítica empenhada em políticas sustentáveis”<sup>53</sup>.

Em consonância com isto, a discussão oficial na UE é sobre como utilizar os acordos da ONU de 2015 sobre o clima (O Acordo de Paris) e os ODS 2030, combinando-os com as prioridades da própria UE. Estes acordos revelam algumas possibilidades positivas de ação destinadas a evitar o colapso ecológico e uma fratura social global cada vez maior. Contudo, o Acordo de Paris não inclui qualquer mecanismo eficaz para alcançar os seus objetivos e a interpretação dominante dos ODS tende a dar prioridade ao crescimento económico sobre as questões de sustentabilidade, não questiona substancialmente os atuais padrões de desenvolvimento e marginaliza os movimentos ecológicos de base<sup>54</sup>.

As prioridades da Comissão Europeia estão ancoradas no debate sobre a autonomia/soberania da UE, desenvolvido desde a Estratégia Global da UE para 2016: “Menos dependência, mais influência. A autonomia estratégica efetiva é o credo que nos reúne para

---

<sup>51</sup> von der Leyen, U. (2019) A Union that strives for more. My agenda for Europe, By candidate for President of the European Commission. [https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/political-guidelines-next-commission\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/political-guidelines-next-commission_en.pdf).

<sup>52</sup> Jäger, J.; Schmidt L. (2020) The EU’s Green Deal Proposal and Finance in a Global Perspective: Conclusions for Progressive Policies, [http://www2.euromemorandum.eu/uploads/critical\\_international\\_political\\_economy\\_and\\_global\\_natural\\_resources\\_jaeger\\_schmidt\\_final.pdf](http://www2.euromemorandum.eu/uploads/critical_international_political_economy_and_global_natural_resources_jaeger_schmidt_final.pdf).

<sup>53</sup> Comissão Europeia (2019) ‘Comissão von der Leyen: Uma União mais ambiciosa’. *Comunicado de Imprensa*, 10 de setembro. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP\\_19\\_5542](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_19_5542).

<sup>54</sup> Eisenmenger, N. *et al.* (2020) ‘The sustainable development goals prioritize economic growth over sustainable resource use: A critical reflection on the SDGs from a socio-ecological perspective’. *Sustainability Science*, 15, 1101-1110.

definir o nosso destino e ter um impacto positivo no mundo”, como explicou<sup>55</sup> o Presidente Michel do Conselho da UE — ao mesmo tempo que pouco se faz para esse efeito.

### **Política de recursos da UE**

A par das declarações sobre a “ecologização” da economia, a luta pelos recursos estratégicos intensificou-se. Em setembro de 2020, a Comissão Europeia apresentou um Plano de Ação para as Matérias-Primas Essenciais (MPE), uma lista atualizada de MPE e um estudo prospetivo sobre MPE para tecnologias e setores estratégicos a partir das perspetivas para 2030 e 2050<sup>56</sup>.

A nova lista de MPE contém 30 elementos, incluindo, pela primeira vez, o lítio. O Comissário para as Relações Interinstitucionais e Prospetiva adverte que, com as tendências atuais, a Europa necessitará de 18 vezes mais de lítio até 2030 e 60 vezes mais até 2050, apenas para baterias de automóveis elétricos e armazenamento de energia<sup>57</sup>. Como a extração de lítio requer muita água, isto é um problema, porque mais de metade dos recursos mundiais de lítio encontra-se nas regiões andinas onde os agricultores indígenas e os pastores de lamas têm de competir com os mineiros pela água, numa das regiões mais secas do mundo. Em vez disso, um Plano de Investimento para uma Europa Sustentável alternativo deveria ajudar a minimizar essa dependência de MPE e a prevenir esses processos destrutivos. Isto também serviria como uma abordagem para evitar e mitigar conflitos globais, uma vez que a UE está atualmente a entrar num campo de competição geopolítica com a China, especialmente em África<sup>58</sup>.

Uma política responsável de recursos deve concentrar-se na drástica redução absoluta do consumo de combustíveis fósseis em, pelo menos, metade (que, no final, tem de ser gradualmente eliminada até 2040) como também no consumo de matérias-primas metálicas e minerais. A implementação consistente dos direitos humanos e das obrigações ambientais imperativas por parte das empresas ao longo das suas cadeias de valor terá de ser assegurada. Isto implicaria o imperativo de, por exemplo, abandonar a exploração mineira em alto mar e a exploração mineira na plataforma continental, alargar a regulamentação de MPE para além do seu atual âmbito restrito e acordar uma política comercial globalmente equitativa<sup>59</sup> bem como tomar medidas para abandonar o processo do Tratado da Carta da Energia.

### **Política comercial da UE**

Os anteriores EuroMemorandums têm coberto extensivamente esta questão. Por conseguinte, faremos aqui apenas algumas observações. O atual sistema de comércio livre, incluindo serviços e direitos de propriedade intelectual, tende a alargar as desigualdades

---

<sup>55</sup> <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2020/09/28/l-autonomie-strategique-europeenne-est-l-objectif-de-notre-generation-discours-du-president-charles-michel-au-groupe-de-reflexion-bruegel/>.

<sup>56</sup> [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip\\_20\\_1542](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_1542).

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> <https://www.euractiv.com/section/africa/news/borrell-eu-must-improve-its-offer-to-africa-to-remain-its-first-partner/>.

<sup>59</sup> [https://power-shift.de/wp-content/uploads/2020/11/AK-Rohstoffe\\_Forderungen-fuer-eine-Rohstoffwende.pdf](https://power-shift.de/wp-content/uploads/2020/11/AK-Rohstoffe_Forderungen-fuer-eine-Rohstoffwende.pdf).

sociais e económicas globais. Por conseguinte, a implementação e a ratificação, respetivamente, dos acordos entre a UE e o Canadá (CETA) e entre a UE e o MERCOSUL (independentemente dos novos protocolos adicionais) como uma extensão adicional da agenda comercial bilateral “profunda e abrangente” da UE devem ser canceladas ou reorientadas para acordos comerciais justos e sustentáveis.

A segurança do abastecimento de bens e serviços da vida quotidiana tem de ser assegurada, mesmo em tempos de crise como a Covid-19. Isto inclui a cobertura de necessidades básicas em áreas tais como nutrição, habitação, vestuário e serviços públicos (água, energia, mobilidade, saúde, prestação de cuidados, educação e proteção contra a violência). Nos acordos internacionais, a UE deve assegurar que a sua autonomia política em matéria de sustentabilidade, assim como a de outros países, seja garantida<sup>60</sup>. Neste contexto, um ajustamento transfronteiriço sobre o carbono e um mecanismo equivalente no domínio da biodiversidade (incluindo impostos) poderiam ser progressivamente utilizados.

A UE poderia ser um fator importante na transformação do comércio internacional de bens, serviços e dados, com vista a facilitar a transição para um padrão de desenvolvimento social e ecologicamente sustentável. Como primeiro passo, a Comissão Europeia deveria certificar-se que produtos químicos perigosos, como certos pesticidas, que não são permitidos na UE, já deixaram efetivamente de ser produzidos para exportação.

### **Mais atividade global para a sustentabilidade**

O atual conjunto de indicadores dos ODS da UE ignora alguns dos principais desafios suscitados pela sustentabilidade. Nenhum indicador considera a sustentabilidade das cadeias globais de abastecimento da UE ou as violações dos direitos humanos e laborais ou os impactos ambientais negativos. Os instrumentos de monitorização dos ODS da UE não acompanham a utilização total de matérias incorporadas nas cadeias de abastecimento da UE. A exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais continua e permanece completamente ignorada. Os indicadores também ignoram o impacto negativo sobre os bens comuns mundiais e os efeitos colaterais e as externalidades negativos das políticas e práticas da UE no mundo.

Como resultado, as emissões de gases com efeito de estufa dentro da UE poderiam ser reduzidas drasticamente, embora — de uma perspetiva global — as emissões causadas pela UE possam aumentar sem que o sistema de monitorização existente o registe.

Assim, é essencial assegurar não só uma forma adequada de implementar os ODS (bem como ir para além deles) como também criar um sistema de monitorização expressivo que cubra a pegada global da produção e consumo europeus. Como primeiro passo, é importante colocar o verdadeiro desenvolvimento sustentável no centro do ciclo do Semestre Europeu, combinado com alguns indicadores-chave que focam os principais desafios que se deparam à UE em matéria de sustentabilidade e assegurar a participação da sociedade civil, de movimentos ambientalistas e de sindicatos no processo.

---

<sup>60</sup> Jäger, J.; Schmidt L. (2020). Para detalhes ver acima.



Além disso, é urgentemente necessário que a UE tome as seguintes medidas específicas:

- Fazer da implementação dos ODS e do Acordo de Paris as diretrizes mínimas para o desenvolvimento e a implementação de políticas.
- Apoiar o reforço dos sistemas de proteção social, tornando-os, ao mesmo tempo, acessíveis a todos.
- Apoiar a vinculação da recuperação económica a condições claras e recusar os apoios de resgate financeiro a poluidores e a empresas utilizadoras de paraísos fiscais.
- Implementar imediatamente o perdão de dívida e acabar com as políticas de austeridade no Sul global, em primeiro lugar aos países economicamente débeis.
- Tomar medidas globais transformadoras contra a pobreza, a fome e os conflitos sobre os recursos<sup>61</sup>.
- Finalmente cumprir o objetivo acordado de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (0,7% do Rendimento Nacional Bruto da UE)<sup>62</sup>.
- Assegurar uma visibilidade muito maior — prevendo avaliações regulares e independentes dos efeitos das próprias políticas da UE e dos seus Estados-Membros — no que diz respeito a travar as alterações climáticas e a perda da biodiversidade, a superar a pobreza, a exclusão social e os conflitos violentos, bem como na tarefa de construir uma sociedade democrática, com os cidadãos a viver com dignidade dentro de uma perspetiva global de sustentabilidade.

### **Empresas Transnacionais e regulamentação económica da UE**

Há muitos casos de violações dos direitos humanos e “crimes” ecológicos pelos quais empresas transnacionais europeias são responsáveis. Estas violações são sistémicas e amplamente toleradas pelos governos anfitriões, uma vez que estão interessados em “atrair investimento” e são pressionados a cumprir as disposições dos tratados bilaterais de investimento. Os EUA, o Canadá e a UE (e a maioria dos seus Estados-Membros) são hostis a qualquer instrumento internacional juridicamente vinculativo para regular as empresas transnacionais (tal como proposto pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU)<sup>63</sup>. A Comissão Europeia está também a trabalhar em novas regras de concorrência destinadas a melhorar as oportunidades económicas destas empresas com sede na UE. Sem qualquer referência ao processo da ONU, iniciado em 2014, o Comissário da UE para a Justiça anunciou, em abril de 2020, planos para uma iniciativa legislativa, no primeiro trimestre de 2021, introduzindo requisitos legalmente obrigatórios para as empresas a nível da UE, destinados a fazer respeitar os direitos humanos e prevenir danos ambientais nas suas cadeias de abastecimento globais. A fim de estabelecer “requisitos intersectoriais claros, robustos e aplicáveis às empresas, incluindo instituições financeiras”, correspondentes ao processo do Tratado Vinculativo da

---

<sup>61</sup> <https://www.sdgwatcheurope.org/wp-content/uploads/2020/10/Time-to-reach-for-the-moon-web.pdf>.

<sup>62</sup> A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) por parte da UE representa oficialmente 0,46% do Rendimento Nacional Bruto embora seja calculado de uma maneira controversa. Veja-se <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2020/06/08/council-approves-eu-development-aid-targets-for-2020-in-a-report-to-the-european-council/>.

<sup>63</sup> [https://ap.ohchr.org/documents/dpage\\_e.aspx?si=A/HRC/RES/26/9](https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/26/9).

ONU<sup>64</sup>, é necessária uma coligação de atores/agências democráticas muito diferentes<sup>65</sup>. O desafio crítico será reafirmar a superioridade das normas de direitos humanos sobre os tratados de comércio e investimento, rejeitar as cláusulas ditas ISDS e estabelecer obrigações legais diretas para as empresas.

Por conseguinte, os elementos da legislação imperativa da UE para promover o respeito pelos direitos humanos e pelo ambiente devem incluir o seguinte:

- 1) Toda a nova legislação da UE deve incluir o “controlo das práticas comerciais desleais” das relações contratuais intra-cadeias de produção em todo o mundo, semelhante à Diretiva relativa às Práticas Comerciais Desleais, de 2019, sobre as cadeias de valor no domínio agrícola na UE.
- 2) Obrigações para as empresas, claramente formuladas em todos os processos, considerando a tributação integral, o respeito dos direitos humanos e os requisitos ambientais.
- 3) Os Estados-Membros devem assegurar a aplicação firme das obrigações aplicáveis às empresas, garantindo, simultaneamente, o direito a vias de recurso eficazes para todas as partes interessadas.
- 4) As autoridades administrativas devem aplicar estas disposições direta e independentemente da lei aplicável à resolução de conflitos, tal como descrito no artigo 16 do Regulamento (CE) n.º 864/2007 (Roma II)<sup>66</sup>.
- 5) A UE e os Estados-Membros devem participar no processo do Tratado Vinculativo da ONU.
- 6) Transparência, especialmente das relações de propriedade e das posições de domínio; responsabilidade plena das empresas, incluindo a responsabilidade por atividades criminosas; responsabilidade dos acionistas pelas suas decisões — a ser implementada por mecanismos adequados, incluindo direitos de litígio para as organizações da sociedade civil.

### **“Defesa e Segurança”**

Desde a adoção do Tratado de Maastricht, a intensidade da dimensão militar tem aumentado na UE. As atividades da UE nos domínios da política industrial, segurança, defesa e políticas de armamento não só aumentaram como se tornaram cada vez mais interrelacionadas e complexas, sendo ao mesmo tempo, cada vez mais definidas como tarefas partilhadas e conjuntas. A criação da Direção-Geral da Indústria da Defesa e do Espaço, responsável pela política da UE em matéria de indústria de defesa e espaço, visa reforçar o papel do nível comunitário nas questões de defesa. A Cooperação Estruturada Permanente (PESCO na sigla

---

<sup>64</sup> <https://www.amnesty.org/en/documents/ior60/2959/2020/en/#:~:text=and%20Human%20Rights-,An%20EU%20mandatory%20due%20diligence%20legislation%20to%20promote%20businesses%27%20respect,human%20rights%20and%20the%20environment&text=New%20legislation%20is%20urgently%20needed,to%20carry%20out%20due%20diligence.>

<sup>65</sup> Como, por exemplo, partidos políticos, sindicatos e movimentos de cidadãos como a Campanha Internacional para a Abolição das Armas Nucleares.

<sup>66</sup> Ibid.

em inglês) e a planeada União Europeia de Defesa foram concebidas para criar a base militar para um papel internacional mais forte da UE.

Presentemente, quase tudo é considerado como um desafio de segurança — o Brexit, o potencial regresso de uma administração dos EUA não vinculada em princípio a uma ordem multilateral, as alterações climáticas, as migrações, as pandemias e várias ameaças à segurança interna da UE (como o crime organizado, migração ilegal, terrorismo e radicalização política ou crimes no âmbito digital). É de temer que a atitude pró-NATO da Administração Biden venha a refrear as discussões entre os EUA e os seus aliados europeus e convencer os Estados-Membros da UE a aumentar as suas despesas militares.

Em vez de se promover uma visão unidimensional da segurança da UE, pressionando para um novo aumento das despesas militares, é importante perceber a natureza multidimensional das preocupações de segurança da UE, como demonstrado mais recentemente pela pandemia da Covid-19, e as ameaças à segurança coletiva que emanam da intensificação das rivalidades geopolíticas. Assim, as seguintes medidas são urgentemente necessárias:

- Reforço das políticas de saúde pública a nível global, especialmente o reforço da OMS e de programas semelhantes, fazendo uso das verbas atualmente atribuídas à política de defesa da UE no orçamento da UE.
- Eliminação das despesas militares do orçamento a longo prazo da UE para 2021-2027.
- Clara exclusão de despesas para fins militares de todos os programas de recuperação da UE e dos Estados-Membros.
- Apoio às iniciativas existentes para uma moratória internacional sobre a modernização das forças armadas e sobre a proliferação de armas nucleares<sup>67</sup>.
- Retoma do processo de controlo de armas e desarmamento, em particular no que diz respeito às armas nucleares (e novos tipos de armas como os drones e as armas autónomas), e prevenção de uma corrida ao armamento no espaço.
- Diálogo com a Rússia sobre vários aspetos da estabilidade estratégica na Europa e uma estratégia de resolução de conflitos na vizinhança europeia.
- Fim à militarização da região do Ártico.
- Continuação do compromisso com o Plano de Ação Conjunto Global (acordo nuclear com o Irão) e desenvolvimento das relações comerciais e económicas com o Irão.
- Redução dos orçamentos militares dos Estados-Membros da UE, a fim de libertar recursos para o desenvolvimento social e económico bem como para a prevenção e resolução de conflitos civis.

---

<sup>67</sup> Ver Dellheim e Wolf (2020) para um tratamento transformador das ameaças à segurança em [http://www2.euromemorandum.eu/uploads/dellheim\\_wolf\\_alternative\\_european\\_economic\\_policy\\_industrial\\_policy\\_and\\_socio\\_ecological\\_reconversion.pdf](http://www2.euromemorandum.eu/uploads/dellheim_wolf_alternative_european_economic_policy_industrial_policy_and_socio_ecological_reconversion.pdf).

- Respeito nacional, comunitário e internacional pelas restrições referentes à exportação de armas.
- Cessaçãõ imediata de todas as exportações de armas e equipamento militar para zonas de conflito<sup>68</sup>.
- Dissolução de todas as forças de intervenção europeias.

A fim de promover uma TSE a nível internacional/global, será decisivo que a UE tome medidas urgentes como as aqui esboçadas, iniciando assim um processo de transformação da UE numa união abrangente de sociedades, na qual todos possam viver de forma autodeterminada — como socialmente iguais, com dignidade, com solidariedade e em termos de ambiente natural saudável. A caminho de uma tal alternativa, todas as forças solidárias e ecológicas, ainda que muito fracas e fragmentadas, terão de fazer uso das ambivalências e contradições nos processos reais que ocorrem na UE e nos Estados-Membros. Os documentos e as iniciativas da ONU terão de ser tomados de forma crítica, enquanto se pressionam as agências da UE a cumprir as suas promessas substanciais, embora ainda vagas. As exigências, as ideias e os programas para desenvolver e implementar uma política de saúde global baseada na solidariedade — a ser promovida e apoiada pela UE — poderiam ajudar a criar uma dinâmica imediata e construtiva, especialmente na situação particularmente difícil da pandemia Covid-19.

---

<sup>68</sup> <https://www.tobias-pflueger.de/2019/09/06/gasp-gsvp-helsinki-linke-parlamentarierinnen-fuer-verhandlungen-abruestung-und-zivile-krisenpraevention-statt-steigende-militaerausgaben/>.

---

Contactos da Direção do Grupo EuroMemo:

Marija Bartl, Amsterdão (M.Bartl@uva.nl); Angela Wigger, Nijmegen (a.wigger@fm.ru.nl); Marcella Corsi, Roma (marcella.corsi@uniroma1.it); Judith Dellheim, Berlim (dellheim@rosalux.de); Wlodzimierz Dymarski, Poznan (vlodymar633@gmail.com); Marica Frangakis, Atenas (frangaki@otenet.gr); John Grahl, Londres (j.grahl@mdx.ac.uk); Magnus Ryner, Londres (magnus.ryner@kcl.ac.uk); Laura Horn, Roskilde (lhorn@ruc.dk); Maria Karamessini, Atenas (mariakarames@gmail.com); Jeremy Leaman, Loughborough (J.Leaman@lboro.ac.uk); Mahmood Messkoub, Haia (messkoub@iss.nl); Ronan O'Brien, Bruxelas (ronanob@skynet.be); Heikki Patomäki, Helsínquia (heikki.patomaki@helsinki.fi); Werner Raza, Viena (werner.raza@aon.at).

## Declaração de apoio

Eu apoio a orientação geral, os principais argumentos e as propostas do

### **EuroMemorandum 2021**

### **Uma Agenda Global-Local pós-Covid 19 para uma Transformação Socio-Ecológica na Europa**

\_\_\_\_\_ Sim

\_\_\_\_\_ Não

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Rua: \_\_\_\_\_

Cidade/País: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Gostaria de ser informado sobre o trabalho regular do grupo de trabalho e ser convidado para os seus encontros. Por favor, adicionem o meu e-mail à lista de endereços do Grupo EuroMemo.

\_\_\_\_\_ Sim

\_\_\_\_\_ Não

\_\_\_\_\_ Eu já pertenço á lista.

**Por favor, devolver este formulário ao Grupo EuroMemo por email para [info@euromemo.eu](mailto:info@euromemo.eu).**

---